



2º Simulado Especial

ISS

Florianópolis

Auditor Fiscal de Tributos Municipais -
Especialidade: Auditoria e Fiscalização
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização do ISS Florianópolis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/RrmJ7Mt3Ca8WHEHu5>

01 - ABCDE	26 - ABCDE	51 - ABCDE	76 - ABCDE	101 - ABCDE	126 - ABCDE	151 - ABCDE	176 - ABCDE
02 - ABCDE	27 - ABCDE	52 - ABCDE	77 - ABCDE	102 - ABCDE	127 - ABCDE	152 - ABCDE	177 - ABCDE
03 - ABCDE	28 - ABCDE	53 - ABCDE	78 - ABCDE	103 - ABCDE	128 - ABCDE	153 - ABCDE	178 - ABCDE
04 - ABCDE	29 - ABCDE	54 - ABCDE	79 - ABCDE	104 - ABCDE	129 - ABCDE	154 - ABCDE	179 - ABCDE
05 - ABCDE	30 - ABCDE	55 - ABCDE	80 - ABCDE	105 - ABCDE	130 - ABCDE	155 - ABCDE	180 - ABCDE
06 - ABCDE	31 - ABCDE	56 - ABCDE	81 - ABCDE	106 - ABCDE	131 - ABCDE	156 - ABCDE	181 - ABCDE
07 - ABCDE	32 - ABCDE	57 - ABCDE	82 - ABCDE	107 - ABCDE	132 - ABCDE	157 - ABCDE	182 - ABCDE
08 - ABCDE	33 - ABCDE	58 - ABCDE	83 - ABCDE	108 - ABCDE	133 - ABCDE	158 - ABCDE	183 - ABCDE
09 - ABCDE	34 - ABCDE	59 - ABCDE	84 - ABCDE	109 - ABCDE	134 - ABCDE	159 - ABCDE	184 - ABCDE
10 - ABCDE	35 - ABCDE	60 - ABCDE	85 - ABCDE	110 - ABCDE	135 - ABCDE	160 - ABCDE	185 - ABCDE
11 - ABCDE	36 - ABCDE	61 - ABCDE	86 - ABCDE	111 - ABCDE	136 - ABCDE	161 - ABCDE	186 - ABCDE
12 - ABCDE	37 - ABCDE	62 - ABCDE	87 - ABCDE	112 - ABCDE	137 - ABCDE	162 - ABCDE	187 - ABCDE
13 - ABCDE	38 - ABCDE	63 - ABCDE	88 - ABCDE	113 - ABCDE	138 - ABCDE	163 - ABCDE	188 - ABCDE
14 - ABCDE	39 - ABCDE	64 - ABCDE	89 - ABCDE	114 - ABCDE	139 - ABCDE	164 - ABCDE	189 - ABCDE
15 - ABCDE	40 - ABCDE	65 - ABCDE	90 - ABCDE	115 - ABCDE	140 - ABCDE	165 - ABCDE	190 - ABCDE
16 - ABCDE	41 - ABCDE	66 - ABCDE	91 - ABCDE	116 - ABCDE	141 - ABCDE	166 - ABCDE	191 - ABCDE
17 - ABCDE	42 - ABCDE	67 - ABCDE	92 - ABCDE	117 - ABCDE	142 - ABCDE	167 - ABCDE	192 - ABCDE
18 - ABCDE	43 - ABCDE	68 - ABCDE	93 - ABCDE	118 - ABCDE	143 - ABCDE	168 - ABCDE	193 - ABCDE
19 - ABCDE	44 - ABCDE	69 - ABCDE	94 - ABCDE	119 - ABCDE	144 - ABCDE	169 - ABCDE	194 - ABCDE
20 - ABCDE	45 - ABCDE	70 - ABCDE	95 - ABCDE	120 - ABCDE	145 - ABCDE	170 - ABCDE	195 - ABCDE
21 - ABCDE	46 - ABCDE	71 - ABCDE	96 - ABCDE	121 - ABCDE	146 - ABCDE	171 - ABCDE	196 - ABCDE
22 - ABCDE	47 - ABCDE	72 - ABCDE	97 - ABCDE	122 - ABCDE	147 - ABCDE	172 - ABCDE	197 - ABCDE
23 - ABCDE	48 - ABCDE	73 - ABCDE	98 - ABCDE	123 - ABCDE	148 - ABCDE	173 - ABCDE	198 - ABCDE
24 - ABCDE	49 - ABCDE	74 - ABCDE	99 - ABCDE	124 - ABCDE	149 - ABCDE	174 - ABCDE	199 - ABCDE
25 - ABCDE	50 - ABCDE	75 - ABCDE	100 - ABCDE	125 - ABCDE	150 - ABCDE	175 - ABCDE	200 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/UnX4>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

Por que a energia solar não deslança no Brasil

A capacidade instalada no Brasil, levando em conta todos os tipos de usinas que produzem energia elétrica, é da ordem de 132 gigawatts (GW). Deste total, menos de 0,0008% é produzida com sistemas solares fotovoltaicos (transformam diretamente a luz do Sol em energia elétrica). Só este dado nos faz refletir sobre as causas que levam nosso país a tão baixa utilização desta fonte energética tão abundante, e com características únicas.

O Brasil é um dos poucos países no mundo que recebe uma insolação (número de horas de brilho do Sol) superior a 3000 horas por ano. E na região Nordeste conta com uma incidência média diária entre 4,5 a 6 kWh. Por si só estes números colocam o país em destaque no que se refere ao potencial solar.

Diante desta abundância, por que persistimos em negar tão grande potencial? Por dezenas de anos, os gestores do sistema elétrico (praticamente os mesmos) insistiram na tecla de que a fonte solar é cara, portanto inviável economicamente, quando comparadas com as tradicionais.

Até a “Velhinha de Taubaté” (personagem do magistral Luis Fernando Veríssimo), que ficou conhecida nacionalmente por ser a última pessoa no Brasil que ainda acreditava no governo militar, sabe que o preço e a viabilidade de uma dada fonte energética dependem muito da implementação de políticas públicas, de incentivos, de crédito com baixos juros, de redução de impostos. Enfim, de vontade política para fazer acontecer.

O que precisa ser dito claramente para entender o porquê da baixa utilização da energia solar fotovoltaica no país é que ela não tem apoio, estímulo nem neste, nem nos governos passados. A política energética na área da geração simplesmente relega esta fonte energética. Por isso, em pleno século XXI, a contribuição da eletricidade

solar na matriz elétrica brasileira é pífia, praticamente inexistente.

Heitor Scalabrini Costa. In: Carta Capital, Set, 2015.

1. A respeito do gênero e do tipo textual predominante no texto, analise as afirmações a seguir:

I. O texto pertence ao gênero artigo científico, cuja principal característica é apresentar dados científicos a um público não especializado.

II. No que diz respeito ao tipo textual, sobressai-se o tipo injuntivo.

III. O texto apresenta predominância do tipo argumentativo.

É correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

2. A partir da leitura do texto, analise as afirmações a seguir:

I. O Brasil é o país com o maior índice de insolação do mundo, recebendo mais de 3000 horas de brilho do sol por ano.

II. O potencial solar do Brasil fica aquém quando comparado a maioria dos países em desenvolvimento.

III. A insolação recebida pelo Brasil supera a da maioria dos países do mundo.

IV. A energia solar não é efetivamente utilizada no Brasil por falta de vontade política.

É correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) III, apenas.

e) III e IV, apenas.

3. Analise o seguinte trecho, retirado do Texto I:

"Por isso, em pleno século XXI, a contribuição da eletricidade solar na matriz elétrica brasileira é **pífia**, praticamente inexistente."

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia substituir o termo em destaque sem prejuízo de valor:

- a) insignificante
- b) problemática
- c) desditosa
- d) malfadada
- e) controversa

4. Considere a seguinte sentença, retirada do texto:

"Por dezenas de anos, os gestores do sistema elétrico (praticamente os mesmos) insistiram na tecla de que a fonte solar é cara, portanto inviável economicamente, quando comparadas com as tradicionais."

Agora, analise as afirmações a seguir a respeito da sintaxe do fragmento:

- I. No trecho, "os gestores do sistema elétrico" desempenha o papel de sujeito.
- II. A expressão "na tecla" é um adjunto adverbial.
- III. O período pode ser classificado como composto.
- IV. O trecho "com as tradicionais" é objeto direto no período.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

5. Assinale a alternativa que correta e respectivamente preenche as lacunas abaixo.

Perante ____ mudanças da época, um grupo de cientistas apresentou ____ sociedade uma proposta sobre ____ criação de um parque de energia solar.

- a) às – à – a.
- b) as – à – a.
- c) a – a – a.
- d) a – a – à.
- e) as – à – à.

6. Assinale a alternativa que corretamente apresenta, entre parênteses, a classificação da relação de sentido das expressões destacadas em negrito:

- a) A mulher chamou imediatamente o médico, **porém** não foi atendida. (adição)
- b) Gostava de viajar de navios, **mas também** de aviões. (adversidade)
- c) **Apesar de** tudo, ainda era feliz. (explicação)
- d) Venceu o desafio **porque** se preparou muito. (causa)
- e) As coisas ficarão prontas a tempo, **contanto que** todos ajudem. (concessão)

7. Assinale a alternativa que NÃO apresenta correção no que diz respeito à regência, segundo a norma culta da língua portuguesa:

- a) Mariana aspirava a uma viagem fantástica.
- b) As medidas governamentais visam ao bem-estar social.
- c) Os advogados assistem os clientes.
- d) Gastar muito implica em desequilíbrio nas finanças.
- e) Os alunos devem obedecer aos professores.

8. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona palavras em destaque à sua respectiva classe gramatical.

Primeira coluna: classe gramatical

- (1) Advérbio.
- (2) Substantivo.
- (3) Adjetivo.

Segunda coluna: analisar a palavra em negrito

- () José viu o rio surgir por entre as árvores.
- () Estava cheio depois das grandes chuvas.
- () Desceu as escadas apressadamente.
- () O caminho de volta foi silencioso.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- a) 2 – 3 – 1 – 2
- b) 1 – 2 – 3 – 3
- c) 2 – 2 – 3 – 1
- d) 2 – 1 – 3 – 2
- e) 2 – 3 – 3 – 1

9. Assinale a alternativa que apresenta a correta colocação pronominal:

- a) Atualmente, muito fala-se sobre o poder da empatia.
- b) Confessou-se ao padre antes da quaresma.
- c) Me senti mal, por isso precisei sair mais cedo.
- d) Apresentarão-se as razões nos autos.
- e) O jovem não importou-se em ajudar.

10. Assinale a alternativa que apresenta o correto uso da pontuação:

- a) De acordo com a pesquisa o elevador é o meio de transporte, mais seguro que existe.
- b) Em 1834, Wilhelm Albert, criou o cabo de aço trançado mais forte que as cordas de cânhamo.

- c) A tecnologia que ajuda a impulsionar os elevadores para cima, é ainda mais antiga.
- d) Havia um problema mortal, nas minas de carvão do século 19, que impulsionaram a Revolução Industrial.
- e) Os mineiros precisavam descer a grandes profundidades, e os elevadores, eram pendurados com cordas que se rompiam com o uso.

TEXTO II

Murar o medo

O medo foi um dos meus primeiros mestres. Antes de ganhar confiança em celestiais criaturas, aprendi a temer monstros, fantasmas e demônios. Os anjos, quando chegaram, já era para me guardarem, os anjos atuavam como uma espécie de agentes de segurança privada das almas. Nem sempre os que me protegiam sabiam da diferença entre sentimento e realidade. Isso acontecia, por exemplo, quando me ensinavam a recear os desconhecidos. Na realidade, a maior parte da violência contra as crianças sempre foi praticada não por estranhos, mas por parentes e conhecidos. Os fantasmas que serviam na minha infância reproduziam esse velho engano de que estamos mais seguros em ambientes que reconhecemos. Os meus anjos da guarda tinham a ingenuidade de acreditar que eu estaria mais protegido apenas por não me aventurar para além da fronteira da minha língua, da minha cultura, do meu território. O medo foi, afinal, o mestre que mais me fez desaprender.

Quando deixei a minha casa natal, uma invisível mão roubava-me a coragem de viver e a audácia de ser eu mesmo. No horizonte vislumbravam-se mais muros do que estradas. Nessa altura, algo me sugeria o seguinte: que há neste mundo mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas.

COUTO, Mia. Discurso pronunciado nas Conferências do Estoril da Fundação Cascais. ADAPTADO

11. Analise os seguintes trechos retirados do texto:

- I. “O medo foi um dos meus primeiros mestres.”
- II. “Antes de ganhar confiança em celestiais criaturas, aprendi a temer monstros, fantasmas e demônios.”
- III. “os anjos atuavam como uma espécie de agentes de segurança privada das almas.”

Assinale a alternativa que correta e respectivamente apresenta as figuras de linguagem presentes nos excertos:

- a) Prosopopeia - Comparação - Metonímia
- b) Prosopopeia - Metonímia - Catacrese
- c) Prosopopeia - Antítese - Comparação
- d) Antítese - Prosopopeia - Metonímia
- e) Metáfora - Antítese - Catacrese

12. A partir da leitura do texto, analise as afirmações a seguir. Marque V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- () O medo atrai monstros, fantasmas e demônios, por isso o autor tem confiança nas criaturas celestiais.
- () Os ambientes mais seguros são aqueles que nos são mais familiares.
- () Quando deixou a cidade onde nasceu, o narrador se sentiu inseguro.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) F – F – F
- b) V – F – V
- c) F – V – V
- d) V – V – V
- e) F – F – V

13. No primeiro parágrafo, em “Isso acontecia, por exemplo, quando me ensinavam a recear os desconhecidos”, a palavra em destaque refere-se:

- a) ao fato de que aqueles que protegem o narrador nem sempre sabiam da diferença entre sentimento e realidade.
- b) à diferença entre sentimento e realidade.
- c) à realidade, somente.
- d) àqueles que protegem o narrador.
- e) aos desconhecidos.

14. Considere o segmento retirado do texto:

“Quando deixei a minha casa natal, uma invisível mão roubava-me a coragem de viver e a audácia de ser eu mesmo. No horizonte vislumbravam-se mais muros do que estradas.”

Agora, analise as afirmações a seguir a respeito da sintaxe do fragmento:

- I. O sujeito na oração “Quando deixei a minha casa natal” é oculto.
- II. O pronome “me”, em “uma invisível mão roubava-me a coragem de viver”, tem valor possessivo.
- III. Em “vislumbravam-se mais muros do que estradas”, o sujeito é indeterminado.

Estão corretas

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

15. Em “uma invisível mão roubava-me a coragem de viver”, a palavra em destaque é acentuada. Marque a alternativa em que há uma palavra acentuada pelo mesmo motivo da palavra “invisível”:

- a) Dívida
- b) Álbum
- c) Papéis
- d) Ninguém
- e) Matemática

16. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à concordância verbal:

- a) Tratam-se de questões desafiadoras da humanidade.
- b) Houveram sérios problemas com o aplicativo na última atualização.
- c) Fazem muitos anos que o grupo se separou.
- d) Os drones, que voam em formação, imita o comportamento dos pássaros.
- e) Fizeram-se muitas pesquisas sobre o tema.

17. Assinale a alternativa que apresenta o correto uso dos porquês:

- a) Porque ele acha que estamos errados?
- b) Não me interessa o por quê de sua ausência.
- c) Não sei o motivo por que ele não veio.
- d) Ele está triste porquê foi transferido.
- e) A razão porque ela desistiu continua um mistério.

A água é importante para manter a vida no planeta. Suas principais funções são: hidratar os seres vivos, manter o equilíbrio da biodiversidade e permitir o desenvolvimento de atividades pelos seres humanos.

18. No excerto acima, o sinal de dois-pontos tem a finalidade de

- a) Apresentar uma justificativa.
- b) Iniciar uma enumeração.
- c) Anunciar uma citação.
- d) Dar ênfase ao trecho.
- e) Fazer uma pergunta.

19. Assinale a opção que apresenta a frase em que a palavra sublinhada corresponde a um hiperônimo de um termo anterior.

- a) Comprei maçã, banana e laranja. Todas essas frutas estavam fresquinhas.
- b) Os alunos foram levados para a sala, onde o professor esperava.
- c) Chegamos na festa quando a comida ficou pronta e os canapés eram servidos.
- d) Visitamos o zoológico e vimos um animal, o leão, de perto.
- e) Dentre os documentos solicitados, levou apenas a identidade.

20. Analise o seguinte trecho:

“Tinha eu de matar uma hora de espera dentro dum nevoeiro absolutamente fora do comum, dos que negam aos olhos o consolo da paisagem distante. A visão morria a dez passos; para além, todas as formas desapareciam no algodoamento da névoa.”

Assinale a alternativa que apresenta correta e respectivamente o sentido em que foram empregados os segmentos em destaque:

- a) sentido conotativo – sentido denotativo – sentido denotativo.
- b) sentido denotativo – sentido denotativo – sentido denotativo.
- c) sentido conotativo – sentido conotativo – sentido conotativo.
- d) sentido denotativo – sentido denotativo – sentido conotativo.
- e) sentido conotativo – sentido denotativo – sentido conotativo.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

21. Se x trabalhadores pintam y metros quadrados de parede em z dias, então o número de trabalhadores necessários para pintar m metros quadrados de parede em n dias é:

- a) $\frac{mxz}{ny}$
- b) $\frac{mx}{nyz}$
- c) $\frac{nz}{mxy}$
- d) $\frac{xyz}{mn}$
- e) $\frac{nx}{myz}$

22. Um comerciante vendeu R\$ 3.000,00 em produtos e receberá o pagamento em três parcelas de R\$ 1.000,00 cada uma, para 30, 60 e 90 dias, respectivamente. Necessitando antecipar os recebimentos, ele faz uma operação de desconto comercial simples à taxa de 5% ao mês. O valor recebido após o desconto é de:

- a) R\$ 2700,00.
- b) R\$ 2731,04.
- c) R\$ 2770,18.
- d) R\$ 2840,00.
- e) R\$ 2890,50.

23. Considere um projeto de investimento em que é feito um desembolso inicial de R\$ 20.000,00 cujo retorno será de R\$ 28.800,00 após 2 anos. A Taxa Interna de Retorno (TIR) do investimento é:

- a) 11% a.a.
- b) 15% a.a.
- c) 16% a.a.
- d) 20% a.a.
- e) 22% a.a.

24. Para financiar um apartamento, um banco ofereceu a um cliente um empréstimo no valor de R\$ 540.000,00 a ser pago em prestações mensais ao longo de 3 anos pelo sistema SAC, com taxa de juros de 1,5% ao mês. O valor da terceira prestação a ser paga pelo cliente é:

- a) R\$ 22.325,00
- b) R\$ 22.350,00
- c) R\$ 22.425,00
- d) R\$ 22.575,00
- e) R\$ 22.650,00

25. Arnaldo, Breno e Caio foram nomeados em um concurso e resolveram comprar camisas novas para o dia da posse. Um deles comprou uma camisa cinza, outro comprou uma preta e o outro uma azul, não necessariamente nesta ordem. Cada um comprou em um lugar diferente: loja A, loja B e loja C, não necessariamente nesta ordem. A camisa de Breno não é azul nem foi comprada na loja C. Arnaldo comprou a sua camisa na loja B. A camisa de Caio não é cinza nem azul. Logo, é correto afirmar que:

- a) Breno comprou sua camisa na loja B.
- b) Caio comprou sua camisa na loja C.
- c) A camisa de Arnaldo é cinza.
- d) A camisa de Breno é preta.
- e) A camisa de Caio é cinza.

26. Sendo n um número natural, considere a sequência numérica a seguir:

$$\begin{cases} a_1 = 2; \\ a_2 = 4; \\ a_n = \frac{(a_{n-2} + a_{n-1})}{3}, \text{ se } n > 2 \end{cases}$$

O sétimo termo dessa sequência é:

- a) 9/15
- b) 10/9
- c) 13/21
- d) 22/27
- e) 29/33

27. Se Maurício é engenheiro, então Joaquim é carpinteiro. Se Leandro é concurseiro, então Joaquim não é carpinteiro. Se Leandro não é concurseiro, então Natanael é fazendeiro. Sabe-se que Natanael não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que
- a) Joaquim é carpinteiro e Natanael não é fazendeiro.
 - b) Maurício é engenheiro ou Joaquim é carpinteiro.
 - c) Leandro é concurseiro ou Maurício é engenheiro.
 - d) Maurício não é engenheiro e Leandro não é concurseiro.
 - e) Joaquim não é carpinteiro e Leandro não é concurseiro.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

O enunciado a seguir refere-se às questões 28 E 29

A estatística Corujinha, ao realizar um teste em uma fábrica de bobinas, decidiu que o realizaria em três tentativas com um experimento binomial. Corujinha descobriu que a probabilidade de ocorrer 1 fracasso é $12k$ e a probabilidade de não ocorrerem fracassos é k .

28. Calcule a diferença entre as probabilidades de fracasso e de sucesso.
- a) 20%
 - b) 60%
 - c) 40%
 - d) 25%
 - e) 30%
29. Pode-se afirmar que a probabilidade de ocorrerem 2 fracassos é igual a:
- a) 32,4%
 - b) 34,6%
 - c) 36,4%

- d) 38,4%
- e) 40,8%

30. A estatística Corujinha, ao realizar um estudo sobre o consumo de refrigerante em uma determinada comunidade, concluiu que o consumo segue uma distribuição normal com média desconhecida μ litros por semana e desvio padrão de 6 litros por semana. Uma amostra de 36 pessoas produziu a média de consumo de 32 litros por semana. Deseja-se testar a hipótese $H_0: \mu = 30$ contra a alternativa $H_1: \mu > 30$.

z	$P(Z < z)$
1,0	0,841
1,2	0,885
1,4	0,919
1,6	0,945
1,8	0,964
2,0	0,977
2,2	0,986
2,4	0,992

Baseado na tabela acima, calcule o p-valor do teste.

- a) 3,2%
- b) 0,8%
- c) 1,4%
- d) 3,6%
- e) 2,3%

ECONOMIA*Amanda Aires*

31. O planejamento econômico de um país exige escolhas constantes por parte do governo, das empresas e das famílias, dado que os recursos disponíveis são finitos. Nesse contexto, é necessário decidir como alocar recursos escassos diante de múltiplas necessidades sociais e produtivas.

Diante do exposto, o problema econômico fundamental está diretamente relacionado:

- a) à incapacidade dos governos de controlar a inflação.
- b) à necessidade de manter o superávit primário das contas públicas.
- c) à incompatibilidade entre o sistema de preços e a escassez.
- d) à limitação de recursos disponíveis diante de necessidades ilimitadas da sociedade.
- e) à instabilidade do mercado financeiro internacional.

32. No modelo de fluxo circular de renda, utilizado para compreender o funcionamento básico de uma economia, são considerados os principais agentes econômicos e os fluxos que se estabelecem entre eles. Nesse modelo, distinguem-se os fluxos reais e nominais, que representam diferentes dimensões da atividade econômica.

Sobre esse modelo, assinale a afirmativa correta:

- a) O fluxo nominal corresponde à movimentação de bens e serviços físicos entre os agentes.
- b) O fluxo real representa as transações financeiras no mercado de crédito.
- c) O fluxo real refere-se à movimentação de fatores de produção e bens finais entre os agentes.
- d) O fluxo nominal ocorre apenas entre empresas e governo.
- e) Os fluxos reais e nominais ocorrem exclusivamente dentro do setor produtivo.

33. Em um mercado competitivo, a interação entre compradores e vendedores define o preço e a quantidade de equilíbrio. Esse ponto reflete um consenso temporário entre as intenções de consumo e de produção.

Considerando as condições do equilíbrio de mercado, é correto afirmar que:

- a) Qualquer mudança na oferta ou demanda não altera o ponto de equilíbrio.
- b) O ponto de equilíbrio ocorre quando o preço é igual ao custo marginal de produção.
- c) O ponto de equilíbrio é determinado pelo cruzamento das curvas de oferta e demanda.
- d) A demanda determina o preço e a oferta determina a quantidade.
- e) A oferta é perfeitamente inelástica em todos os mercados.

34. A elasticidade-preço da demanda é um conceito importante para analisar o comportamento dos consumidores frente a variações de preço. Esse conceito também é essencial para a definição de estratégias de preços pelas empresas.

Com base na teoria da elasticidade, assinale a alternativa correta:

- a) Se a demanda é elástica, um aumento no preço aumenta a receita total.
- b) Se a demanda é inelástica, uma redução no preço aumenta a receita total.
- c) A demanda perfeitamente elástica é representada por uma linha vertical.
- d) A demanda perfeitamente inelástica é representada por uma linha vertical.
- e) Quanto maior o número de substitutos, mais inelástica será a demanda.

35. Em determinados mercados, a introdução de um imposto indireto sobre um bem afeta não apenas o preço pago pelos consumidores, mas também a quantidade produzida e vendida.

Sobre os efeitos de um imposto indireto em um mercado competitivo, é correto afirmar que:

- a) O imposto não altera o preço de equilíbrio, apenas a arrecadação do governo.
- b) O imposto eleva o preço recebido pelo produtor.
- c) O imposto desloca a curva de oferta para a direita.
- d) O imposto reduz a quantidade de equilíbrio e gera perda de eficiência econômica.
- e) O imposto beneficia os consumidores, pois reduz os preços.

36. As diferentes estruturas de mercado se distinguem pelo número de empresas atuantes, grau de controle sobre o preço e barreiras à entrada. Em uma delas, os produtos são homogêneos e nenhuma empresa influencia o preço.

A estrutura de mercado descrita corresponde:

- a) ao monopólio, com barreiras à entrada e um único ofertante.
- b) à concorrência monopolista, com diferenciação de produtos.
- c) à concorrência perfeita, com empresas tomadoras de preços.
- d) ao oligopólio, com alta interdependência estratégica.
- e) ao cartel, com colusão entre empresas em mercado competitivo.

37. O conceito de externalidade é central para entender algumas falhas de mercado. Em muitas situações, o mercado não leva em conta os efeitos colaterais de determinadas transações, o que gera alocação ineficiente de recursos.

Um exemplo clássico de externalidade negativa na produção é:

- a) O investimento em P&D que beneficia outras empresas.
- b) A vacinação que protege o indivíduo e a coletividade.
- c) A poluição gerada por uma indústria.
- d) O subsídio agrícola que aumenta a produção.
- e) A importação de bens com tarifa zero.

38. A teoria quantitativa da moeda é uma das mais antigas teorias sobre os determinantes do nível de preços em uma economia.

De acordo com essa teoria, um aumento da quantidade de moeda, ceteris paribus, resulta em:

- a) Redução das exportações.
- b) Redução do nível de preços.
- c) Aumento do nível de preços.
- d) Aumento do produto real.
- e) Redução da velocidade da moeda.

39. Em uma economia simples, fechada e sem governo, a renda de equilíbrio é alcançada quando não há tendência de alteração do nível de produto.

Esse ponto de equilíbrio ocorre quando:

- a) a poupança é superior ao investimento.
- b) o consumo total excede a produção.
- c) o investimento é igual à poupança.
- d) o PIB é inferior ao gasto agregado.
- e) o gasto público financia o investimento privado.

40. Uma economia que passa por uma desvalorização cambial poderá observar impactos diversos sobre os agentes econômicos.

Assinale a alternativa que melhor descreve uma consequência provável da desvalorização da moeda nacional:

- a) Redução da competitividade das exportações.
- b) Aumento dos preços dos bens importados.
- c) Redução da inflação interna.
- d) Valorização dos ativos denominados em moeda nacional.
- e) Estímulo à saída de capitais estrangeiros.

FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

41. No contexto da análise fiscal, os resultados primário, nominal e operacional são usados para avaliar o desempenho das contas públicas, assim como as abordagens “acima da linha” e “abaixo da linha” permitem mensurar a variação da dívida líquida do setor público por diferentes metodologias.

Com base nessas definições, assinale a alternativa correta.

- a) O resultado primário considera todas as receitas e despesas, inclusive as financeiras, refletindo o impacto total da política fiscal.
- b) A abordagem “acima da linha” calcula o resultado fiscal com base na variação da dívida líquida, incluindo emissões e resgates de títulos públicos.
- c) O resultado nominal corresponde ao resultado primário somado aos juros reais mais a correção monetária incidente sobre a dívida pública.
- d) O déficit operacional corresponde à diferença entre receitas e despesas financeiras, desconsiderando o efeito da inflação.
- e) A variação da dívida líquida não inclui ajustes patrimoniais ou operações fora do orçamento,

sendo calculada exclusivamente pelas transações correntes.

42. O princípio do equilíbrio orçamentário é um dos fundamentos clássicos das finanças públicas e busca assegurar que, ao longo do tempo, as receitas públicas sejam suficientes para cobrir as despesas do Estado. Esse princípio, embora flexível em determinados contextos econômicos, é central para a sustentabilidade fiscal e a credibilidade da política econômica.

Com base nesse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O equilíbrio orçamentário é alcançado exclusivamente quando o resultado primário é nulo, independentemente do montante das despesas com juros.
- b) A busca pelo equilíbrio orçamentário impede que o Estado adote políticas anticíclicas em momentos de crise, devendo sempre manter gastos públicos dentro do limite da arrecadação corrente.
- c) O déficit orçamentário é compatível com o princípio do equilíbrio, desde que represente uma estratégia deliberada de estímulo econômico e seja financiado de forma sustentável.
- d) O superávit orçamentário obtido à custa da compressão de investimentos públicos é sempre preferível, por reforçar a disciplina fiscal.
- e) O princípio do equilíbrio orçamentário determina que o orçamento público, por norma constitucional, deve ser superavitário em todos os entes federativos.

43. A política fiscal é um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado para influenciar a atividade econômica. Por meio da arrecadação de tributos, dos gastos públicos e da gestão da dívida, busca-se estabilizar o ciclo econômico, redistribuir renda e promover o desenvolvimento.

Com base nessa concepção, assinale a alternativa correta sobre os instrumentos de política fiscal.

- a) A política fiscal expansiva é caracterizada por aumento na arrecadação tributária e corte de gastos públicos, com o objetivo de conter pressões inflacionárias.
- b) A gestão da dívida pública não é considerada instrumento de política fiscal, uma vez que se relaciona exclusivamente à política monetária.
- c) Os investimentos públicos em infraestrutura, realizados em momentos de baixa atividade econômica, são exemplos clássicos de política fiscal com função estabilizadora.
- d) A política fiscal é considerada neutra quando provoca aumento do déficit público com o intuito de estimular a demanda agregada.
- e) A concessão de subsídios fiscais a setores estratégicos da economia é típica de política monetária contracíclica.

44. Diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela desigualdade social e pela necessidade de governança responsável, cresce a importância de incorporar critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) às práticas de gestão pública. No contexto das finanças públicas sustentáveis, espera-se que o Estado não apenas atue com responsabilidade fiscal, mas também alinhe seus instrumentos orçamentários e financeiros a objetivos de desenvolvimento sustentável.

Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- a) A adoção de critérios ESG nas finanças públicas compromete a eficiência da política fiscal, pois

prioriza objetivos ambientais e sociais em detrimento do equilíbrio das contas públicas.

- b) A emissão de títulos públicos rotulados como “verdes” ou “sustentáveis” é incompatível com a lógica do financiamento público, por restringir a alocação dos recursos captados.
- c) O conceito de finanças públicas sustentáveis pressupõe a neutralidade estatal quanto às externalidades ambientais e sociais, evitando intervenções que distorçam o mercado.
- d) A integração de critérios ESG ao planejamento orçamentário do setor público pode contribuir para a transparência, a previsibilidade e a credibilidade da ação governamental.
- e) A governança pública baseada em critérios ESG está restrita à atuação de empresas estatais, não se aplicando aos órgãos da administração direta.

45. O Open Banking ou Sistema Financeiro Aberto, no Brasil, é uma iniciativa do(a)

- a) Banco Mundial.
- b) Fundo Monetário Internacional.
- c) Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) Banco Central do Brasil.
- e) Comissão de Valores Mobiliários.

46. Em relação ao meio de pagamentos instantâneos denominado PIX, assinale a alternativa correta:

- a) O Pix foi criado pelo Banco do Brasil, estando em operação desde novembro de 2020.
- b) O QR Code, gerado pelo usuário ou instituição pagadora, pode ser estático ou dinâmico.
- c) Conforme determinação do Banco Central, não há limite mínimo para transferências via Pix.
- d) Ao contrário do DOC e da TED, um Pix não pode ser feito apenas com os dados bancários de agência, conta e CPF/CNPJ do recebedor.
- e) É possível realizar o parcelamento de compras com o Pix Cobrança.

47. Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as seguintes funções:

- a) Orçamentária e Reguladora.
- b) Distributiva e Estabilizadora.
- c) Alocativa e Distributiva.
- d) Estabilizadora e Alocativa.
- e) Reguladora e Distributiva.

48. Marque a alternativa correta, no que diz respeito à Política Fiscal.

- a) é um instrumento macroeconômico que não interfere na atividade econômica.
- b) seu principal objetivo consiste na restauração do nível de emprego da economia em período de crescimento econômico.
- c) quando o intuito é expandir as condições de crescimento da renda, a Política Fiscal deve ser utilizada com instrumentos contracionistas.
- d) em uma situação de inflação elevada, a redução de alíquota tributária é uma alternativa viável para controlar o processo inflacionário.
- e) utiliza a tributação e os gastos do governo como forma de regular a atividade econômica.

49. No que diz respeito ao Federalismo Fiscal, avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O federalismo fiscal constitui uma política de centralização financeira e orçamentária.
- II. Segundo o modelo de Tiebout, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências

por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.

III. A competição tributária horizontal resulta na provisão de bens públicos no nível socialmente ótimo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

50. A respeito das Externalidades e dos Bens Públicos, indique qual das afirmativas abaixo está incorreta.

- a) A propriedade estatal, diferentemente da não exclusividade e da não rivalidade, não é característica inerente aos bens públicos.
- b) Caso a produção de um bem venha a gerar externalidades negativas, então o subsídio à produção pode ser uma medida útil para aumentar o bem-estar.
- c) O mero ato de consumir determinado bem é capaz de gerar externalidades negativas, sendo essa uma característica decorrente também da produção de bens.
- d) A presença de externalidades impede que a alocação de recursos seja eficiente no sentido de Pareto.
- e) Ao aumentar a tributação sobre a venda do cigarro, elevando seu preço, o governo está contribuindo para reduzir uma externalidade negativa.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

51. Com base na LINDB e a respeito das leis, é correto afirmar que:

- a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- c) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, a equidade, os costumes e os princípios gerais de direito.
- e) A Lei em vigor terá efeito mediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

52. Mateus nasceu com vida e foi registrado, quando completou 16 anos, descobriu que sua mãe estava grávida e seu irmão, Rafael, ainda está no ventre da mãe. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta quanto à personalidade civil:

- a) A personalidade civil de Rafael é plena, já que a concepção é o marco inicial segundo a lei.
- b) A personalidade civil de Mateus inicia-se apenas após o registro civil.
- c) A capacidade civil plena de Mateus começou com seu nascimento com vida; Rafael possui apenas direitos resguardados pela lei.
- d) Mateus será considerado relativamente incapaz e Rafael um nascituro com direitos desde a concepção.
- e) Rafael será considerado absolutamente capaz.

53. Durante a partilha de bens em inventário, discutiu-se a natureza jurídica de um lote de madeira já cortado, mas ainda armazenado na fazenda da família. Sobre a classificação dos bens no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A madeira cortada mantém sua condição de bem imóvel por sua origem natural.
- b) Bens móveis são apenas os suscetíveis de remoção sem alteração da substância.
- c) A madeira cortada destina-se à remoção e, por isso, é considerada bem móvel.
- d) A classificação depende de registro no cartório de imóveis.
- e) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; mas não readquirem essa qualidade ainda que provenientes da demolição de algum prédio.

54. Joana, maior e capaz, realizou negócio jurídico com cláusula que impunha obrigação manifestamente desproporcional decorrente de uma necessidade particular. Posteriormente, ela pleiteia sua invalidade alegando vício de consentimento. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O negócio é válido, pois a lesão não é vício reconhecido em negócios onerosos.
- b) Está caracterizada a lesão que pode invalidar o negócio quando houver premente necessidade ou inexperiência de uma das partes.
- c) Percebe-se a prática do estado de perigo como vício do negócio em função da necessidade apresentada e a aceitação em assumir obrigação desproporcional.
- d) A existência de cláusulas desproporcionais faz com que a situação esteja configurada como uma coação e que é causa de nulidade segundo o Código Civil.
- e) O Código Civil não prevê a lesão como defeito do negócio jurídico.

55. Durante uma condução de direção um motorista perdeu o controle do veículo e atingiu a vitrine de um estabelecimento. Considerando a responsabilidade civil subjetiva e objetiva, assinale a alternativa correta:

- a) Não há casos de responsabilização objetiva, independentemente de culpa.
- b) O motorista só responde se restar comprovado dolo na conduta.
- c) A responsabilidade objetiva é a única modalidade admitida pelo Código Civil.
- d) A responsabilidade só surge se houver violação contratual entre as partes.
- e) A responsabilidade subjetiva exige prova do dano, do nexo causal e da culpa

56. Considerando que o Código Civil estabelece regras sobre a decadência, marque a única opção que está de acordo com a lei:

- a) Nunca se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- b) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) O juiz não pode suprir de ofício a decadência quando estabelecida por lei.
- d) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência, nos prazos legais.
- e) A renúncia da decadência pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a decadência.

57. A parte especial do Código Civil prevê as normas a respeito dos Direitos da Obrigações. Sobre as modalidades das obrigações e seus desdobramentos, marque a opção correta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

b) Se na obrigação de dar coisa certa a coisa se perder, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes, ainda que haja culpa do devedor.

c) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais não poderá exigir aumento no preço.

d) Os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.

e) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o devedor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

58. As pessoas que desejam exercer atividade econômica sendo um empresário devem seguir as regras previstas no Código Civil. Sobre isso, marque a correta:

a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, a não ser que haja concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

c) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

d) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem administrativamente impedidos.

e) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

59. São várias as regras aplicáveis aos sócios das sociedades, marque a que está incorreta:

- a) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- b) A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade e até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- c) Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.
- d) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- e) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem, mas nunca dos sócios que os receberam.

60. Um dos institutos complementares é o estabelecimento. O estabelecimento pode ser objeto de negócios jurídicos compatíveis com a sua natureza. Feita a venda do estabelecimento, existem regras a serem aplicadas, assim, marque a que está correta:

- a) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento de todos os credores.
 - b) A eficácia da alienação do estabelecimento pode depender do consentimento dos credores, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
 - c) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, independentemente de estarem regularmente contabilizados.
 - d) Na venda do estabelecimento, o devedor primitivo responde subsidiariamente pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
 - e) O estabelecimento, pelo seu caráter personalíssimo, não pode ser objeto de compra e venda, mas apenas de arrendamento e usufruto.
-

61. Sobre as regras previstas especificamente na Lei das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, analise as proposições abaixo, não poderão ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo:

- I - excetuados os casos de autorização prévia, quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- II - documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;
- III - comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.
- IV - fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

Está(ão) correta(s):

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) Nenhuma.

62. Os títulos de crédito são institutos que possuem modelos e leis específicas, mas há regras gerais previstas no Código Civil. Assim, marque a correta:

- a) O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele

contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei.

- b) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- c) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente, é invalidado o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.
- d) Consideram-se abusivas as cláusulas de juros, a proibitiva de endosso, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas.
- e) O título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, não deve ser preenchido.

63. Considerando o capital social das sociedades limitadas, marque a que está correta:

- a) O capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- b) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de dois anos da data do registro da sociedade.
- c) A quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, caso em que se observará o disposto sobre cessão de cotas e no caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.
- d) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se houver aprovação de titulares de mais de um quarto do capital social.
- e) Nas sociedades limitadas, é permitida contribuição que consista em prestação de serviços.

64. As sociedades podem se reorganizar em suas operações e em função da natureza jurídica. Quando duas sociedades se juntam para formar uma nova sociedade e tendo como consequência a extinção dessas que se juntaram e de forma que a nova sociedade assume os direitos e obrigações das extintas. Essa é a descrição da operação societária chamada:

- a) transformação.
- b) cisão.
- c) incorporação.
- d) fusão.
- e) liquidação.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

65. Durante uma discussão no trânsito, Patrick sai de seu veículo com um porrete e vai em direção a Ricardo, esbravejando que o iria matar. Ricardo, que já estava fora do carro, ao ver Patrick se aproximando, desferiu um soco neste. Patrick caiu no chão já sem qualquer poder de reação, em razão da força do soco. Ricardo, então, começa a desferir diversos chutes no rosto de Patrick, até este ficar desacordado.

Nesse caso, é correto afirmar que Ricardo:

- a) agiu amparado pela legítima defesa, não havendo excesso.
- b) agiu inicialmente em legítima defesa, mas houve excesso extensivo.
- c) agiu amparado pelo estado de necessidade, não havendo excesso.
- d) agiu inicialmente em legítima defesa, mas houve excesso intensivo.
- e) agiu inicialmente em estado de necessidade, mas houve excesso extensivo.

66. Ricardo e Patrick praticaram, juntos, um fato tipificado como crime de corrupção ativa, pois ofereceram vantagem indevida a um policial rodoviário federal para que não fossem autuados em razão de infração de trânsito. Durante o processo, restou comprovado que Ricardo possuía doença mental e, por conta disso, não era inteiramente capaz de, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito de seu comportamento. Restou comprovado também que Patrick estava, no momento do crime, completamente embriagado pelo excesso na ingestão de álcool.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Ricardo é considerado semi-imputável, e Patrick é imputável.
- b) Ricardo é considerado inimputável, e Patrick é imputável, com redução de pena.
- c) Ricardo é considerado inimputável, e Patrick é imputável, sem redução de pena.
- d) ambos serão considerados inimputáveis.
- e) ambos serão considerados plenamente imputáveis.

67. Charles, auditor-fiscal, detentor de função de direção e assessoramento, deixou, por indulgência, de punir o subordinado Márcio, que havia praticado falta funcional no exercício do cargo, embora Charles tivesse competência estatutária para aplicar a referida penalidade.

Nesse caso, a conduta de Charles configura:

- a) condescendência criminosa, majorado em um terço.
- b) prevaricação, sem aumento de pena.
- c) prevaricação, majorado em um terço.
- d) corrupção passiva privilegiada.
- e) condescendência criminosa, sem aumento de pena.

68. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Bens particulares não podem figurar como objeto material do crime de peculato, que pressupõe a natureza pública do dinheiro, valor ou bem móvel apropriado pelo servidor.
- b) A oposição pacífica à execução de ato legal configura crime de resistência.
- c) O crime de prevaricação pode ser praticado na forma omissiva e na forma comissiva.
- d) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime próprio, somente podendo ser praticado por advogado.
- e) O crime de corrupção passiva privilegiada, assim como o crime de prevaricação, exige o elemento subjetivo específico do tipo, consistente na intenção de satisfazer interesse próprio ou sentimento pessoal.

69. Ricardo viajou de férias com a família para Miami-EUA. Na volta, trouxe diversos produtos de importação permitida, como relógios e eletrônicos. Para não pagar os impostos devidos pela importação, Ricardo escondeu os produtos em fundos falsos nas malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto internacional de Guarulhos-SP. Todavia, após inspeção pelos agentes da aduana, foi identificada a prática do crime.

Nesse caso, é correto afirmar que Ricardo praticou o crime de:

- a) Contrabando, sem majoração, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- b) Contrabando, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- c) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- d) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo

possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos produtos não ultrapasse o valor estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

- e) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não ultrapasse o valor estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

70. Sérgio sabia que Luísa, sua amiga, era sócia-administradora de uma empresa que possuía débitos tributários junto à Secretaria de Fazenda do Município de Florianópolis-SC. Em razão disso, abordou Luísa e solicitou para si a quantia de R\$ 10.000,00, alegando que poderia convencer o auditor-fiscal Roberto a cancelar o lançamento fiscal relativo aos débitos da empresa de Luísa. Sérgio alegou, ainda, que parte do valor seria repassada a Roberto. Todavia, Sérgio não pretendia exercer qualquer influência sobre Roberto, almejando apenas obter vantagem indevida em prejuízo de Luísa. Desconfiada, Luísa não efetuou o pagamento.

Nessa situação, Sérgio deverá responder pelo crime de:

- a) Corrupção ativa, consumado.
- b) Exploração de prestígio, consumado, com aumento de pena de um terço.
- c) Exploração de prestígio, tentado, sem aumento de pena.
- d) Tráfico de influência, tentado, sem aumento de pena.
- e) Tráfico de influência, consumado, com aumento de pena de metade.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

71. No que se refere ao regime jurídico-administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) É o conjunto de normas de direito privado aplicáveis exclusivamente aos atos administrativos praticados por particulares contratados pela Administração.
- b) Representa um regime de supremacia e igualdade da Administração em relação ao particular, garantindo harmonia contratual.
- c) Consiste no conjunto de prerrogativas e sujeições que colocam a Administração em posição de igualdade frente aos administrados.
- d) Abrange apenas as regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, excluindo normas infralegais.
- e) Fundamenta-se na supremacia do interesse público e na indisponibilidade dos interesses públicos pela Administração.

72. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O poder hierárquico permite ao superior punir diretamente qualquer infração funcional, independentemente de processo administrativo.
- b) O poder disciplinar se confunde com o poder regulamentar, uma vez que ambos permitem editar atos normativos.
- c) O poder discricionário permite agir fora dos limites legais, desde que presente o interesse público.
- d) O poder regulamentar confere ao Chefe do Executivo a faculdade de editar decretos autônomos nas hipóteses previstas pela Constituição.
- e) O poder de polícia é exercido exclusivamente por entidades privadas por delegação administrativa.

73. No que se refere à descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A descentralização por colaboração é realizada exclusivamente entre entes políticos.
- b) A descentralização territorial transfere titularidade do serviço a órgãos sem personalidade jurídica.
- c) A descentralização por serviços ocorre mediante outorga de execução e titularidade a entidade com personalidade jurídica própria.
- d) A descentralização implica necessariamente a criação de órgãos públicos por lei específica.
- e) Na descentralização, não há controle finalístico, pois as entidades passam a ser autônomas em suas finalidades.

74. Acerca da revogação e anulação de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A revogação pode ser realizada a qualquer tempo, mesmo em relação a atos vinculados.
- b) A anulação decorre da conveniência administrativa e dispensa processo prévio.
- c) A revogação somente pode ser feita pelo Poder Judiciário, em razão da separação dos poderes.
- d) A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios, desde que respeite o contraditório.
- e) A anulação tem por fundamento a superveniência de fato novo que torna o ato inoportuno.

75. Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos - nº 14.133/2021:

- a) A contratação integrada é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- b) A segregação de funções é um dos princípios expressos constantes na Lei de Licitações e Contratos.
- c) É dispensável a licitação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) Na modalidade diálogo competitivo a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- e) O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

76. Com base nos meios de prestação dos serviços públicos previstos na Lei 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- a) A permissão é formalizada mediante contrato de adesão e exige licitação.
- b) A autorização é a forma mais solene de delegação de serviço público.
- c) A concessão é ato unilateral e discricionário da Administração.
- d) A permissão é ato administrativo precário, sem necessidade de licitação.
- e) A autorização de serviço público tem natureza contratual, sendo irrevogável.

77. Com base na responsabilidade objetiva do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade objetiva do Estado abrange todos os atos lícitos e ilícitos praticados por seus agentes, em qualquer situação.
 - b) A responsabilidade civil do Estado exige demonstração de culpa do agente público.
 - c) A responsabilidade objetiva está prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal e aplica-se a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviço público.
 - d) O Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados por omissão e condutas comissivas.
 - e) O particular prejudicado deverá, obrigatoriamente, acionar judicialmente o agente público causador do dano.
-

78. Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992:

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 60 (sessenta) parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato.
- c) Não se aplica na ação de improbidade administrativa o ajuizamento de mais de uma ação de improbidade administrativa pelo mesmo fato, competindo ao Conselho Nacional do Ministério Público dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.
- d) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- e) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

79. Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle administrativo somente pode ser exercido pelo Poder Legislativo.
- b) O controle de mérito pode ser exercido pelo Poder Judiciário, desde que haja violação ao princípio da eficiência.
- c) A Administração Direta exerce controle hierárquico sobre as entidades da Administração Indireta.
- d) O controle judicial limita-se à legalidade, não alcançando aspectos de conveniência e oportunidade.

e) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União.

80. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) n.º 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- a) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- b) Para os fins da LGPD, dado pessoal sensível é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- c) As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e o princípio da prevenção, que consiste na utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- d) A autoridade nacional poderá determinar ao operador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.
- e) Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas, ficam sujeitos à suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais pelo período máximo de 9 (nove) meses, prorrogável por igual período.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Rafael Henze*

81. De acordo com o Código Tributário Municipal de Florianópolis, a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) tem seu valor anual rateado entre os contribuintes. Quais são os critérios estabelecidos pela legislação para esse rateio?

- a) O número de habitantes no imóvel, sua localização, e a natureza da ocupação e utilização.
- b) A frequência da prestação dos serviços, a natureza da ocupação e utilização dos imóveis, e o número de economias autônomas existentes.
- c) Apenas o tipo de resíduo produzido e a área construída do imóvel.
- d) O número de habitantes por imóvel, a frequência da prestação dos serviços e a localização geográfica do imóvel.
- e) A natureza da ocupação e utilização dos imóveis, o número de economias autônomas existentes e a renda do contribuinte.

82. Conforme o Código Tributário Municipal de Florianópolis, a Taxa de Licença para Localização (TLL) é devida pela concessão de licença obrigatória para a localização de estabelecimentos. Contudo, o art. 326 do mencionado Código prevê situações de dispensa dessa taxa. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma dessas dispensas.

- a) A taxa não será exigida de sociedades de economia mista.
- b) A taxa não será exigida do microempreendedor individual (MEI) e quando a atividade for exercida na residência do empresário, titular ou sócio, mesmo que gere grande circulação de pessoas.
- c) A taxa não será exigida do microempreendedor individual (MEI) e quando a atividade exercida for tipicamente digital, de modo que não exija estabelecimento físico para a sua operação.
- d) A taxa não será exigida para estabelecimentos com área inferior a 50m², independentemente da atividade.

e) A taxa não será exigida para casos de mudança de endereço.

83. O Código Tributário Municipal de Florianópolis, ao tratar da Taxa de Licença para Publicidade especifica modalidades de publicidade que podem gerar a cobrança e outras que não geram. Qual das seguintes opções NÃO gera cobrança da Taxa de Licença para Publicidade?

- a) Cartazes e letreiros fixos ou volantes, luminosos ou não, pintados em muros.
- b) Propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de voz.
- c) Anúncios publicitários veiculados em jornais, revistas, catálogos e os irradiados em estações de radiodifusão.
- d) Anúncios colocados em lugares de acesso ao público, mesmo com cobrança de ingresso, visíveis da via pública.
- e) Painéis e emblemas suspensos ou afixados em postes.

84. Referente à Taxa de Licença para Utilização de Logradouros Públicos (TLULP) em Florianópolis, a legislação municipal estabelece condições e isenções. Qual das seguintes afirmações está CORRETA de acordo com dispositivos específicos dessa mesma regulamentação?

- a) Estão isentos da TLULP os estabelecimentos que ocuparem com até cinco mesas o logradouro público, e a taxa será reduzida em 50% se a atividade gerar resíduos sólidos.
- b) Estão isentos da TLULP os estabelecimentos que ocuparem com até quatro cadeiras o logradouro público, e a taxa será majorada em 20% se a atividade gerar resíduos sólidos.
- c) A taxa será cobrada em dobro se a utilização do logradouro público ocasionar aglomeração a ruído e estão isentos os estabelecimentos que utilizarem até três mesas.
- d) Estão isentos da TLULP os estabelecimentos que ocuparem com até quatro mesas o logradouro público, e a taxa será majorada em 50% nos casos em que o logradouro público seja utilizado por atividades geradoras de resíduos sólidos.
- e) A utilização do logradouro com finalidades políticas sempre gera isenção, e a taxa será majorada em 50% para qualquer evento, independentemente da geração de resíduos.

85. A legislação municipal de Florianópolis que trata da Taxa de Licença Para Comércio Ambulante (TLCA) também define quem está isento do seu pagamento. Com base nessas disposições, quem está dispensado de pagar essa taxa?

- a) Todos os comerciantes ambulantes que vendem produtos alimentícios em pequena escala.
- b) Os cegos e mutilados, que exerçam o comércio ambulante em escala ínfima, e os microempreendedores individuais
- c) Apenas os comerciantes ambulantes de jornais, revistas e livros, independentemente de terem estabelecimento fixo ou não.

d) Os cegos e mutilados, que exerçam o comércio ambulante em escala ínfima, e os comerciantes ambulantes de jornais, revistas e livros, desde que realizado individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

e) Os portadores de necessidades especiais que exerçam comércio ambulante e os idosos acima de 65 anos.

86. A legislação tributária de Florianópolis estabelece que a conceituação tributária de infração possui certas características. Considerando as disposições sobre infrações, qual das alternativas abaixo descreve corretamente um aspecto fundamental da infração tributária no município?

- a) A infração tributária depende crucialmente da intenção do agente em causar prejuízo ao erário e do conhecimento efetivo da lei por parte do infrator.
 - b) A infração é caracterizada apenas por uma ação positiva do contribuinte, não abrangendo omissões, e sua punibilidade depende da extensão do dano causado.
 - c) A infração independe da intenção do agente e da efetividade, natureza ou extensão do fato, mas depende do conhecimento real ou presumido da sua prática pelo agente ou responsável.
 - d) Para que uma infração seja configurada, é necessário que o agente tenha interesse pessoal direto na sua prática e que haja um resultado danoso comprovado para o Município.
 - e) A infração tributária somente se configura se houver uma omissão dolosa, sendo irrelevante a ocorrência de uma ação contrária à legislação se não houver dolo específico.
-

87. O Código Tributário Municipal de Florianópolis detalha as figuras do autor, coautor e cúmplice em infrações tributárias. Analisando essas definições, qual das seguintes situações descreve corretamente a figura do coautor?

- a) A pessoa natural ou jurídica que, sem interesse pessoal, presencia uma infração sem tomar medidas para impedi-la.
- b) A pessoa natural ou jurídica que, tendo interesse pessoal na infração, pratica pessoalmente e diretamente a ação ou omissão definida como infração.
- c) A pessoa natural ou jurídica que, tendo interesse pessoal na infração e conhecendo sua prática por outrem, deixa de tomar providência razoavelmente eficaz para impedi-la ou repará-la.
- d) A pessoa natural ou jurídica que concorre para a prática da infração de maneira útil, mas não essencial, para sua existência material.
- e) O mandatário ou preposto que pratica a infração em proveito de terceiro, mesmo que não detenha a administração ou controle da pessoa jurídica beneficiada.

88. De acordo com as disposições sobre penalidades tributárias em Florianópolis, diversas autoridades possuem competência para aplicar diferentes tipos de sanções. Considerando a competência para aplicação de penalidades, qual afirmação está CORRETA?

- a) O Prefeito Municipal tem competência exclusiva para aplicar multas e determinar a sujeição a regime especial de fiscalização.
- b) Os integrantes do Grupo "FISCO" podem aplicar a proibição de transacionar com repartições públicas municipais, a revalidação e todas as espécies de multas, incluindo as fixas e as variáveis.
- c) O funcionário que constatar a infração pode aplicar a proibição de transacionar com repartições públicas municipais e a revalidação.
- d) O Secretário de Finanças pode aplicar todas as penalidades previstas, incluindo a suspensão ou

cancelamento de isenção, sem necessidade de propor ao Chefe do Poder Executivo.

- e) A competência para aplicar a penalidade de multas é exclusivamente do Secretário de Finanças e do Prefeito Municipal.

89. Incentivos fiscais são ferramentas fundamentais para viabilizar e concretizar projetos culturais. Em Florianópolis, a legislação tributária contempla um mecanismo dessa natureza. Considerando as especificidades desse incentivo municipal, qual das seguintes afirmações sobre suas características está CORRETA acerca do incentivo fiscal para projetos culturais estabelecido no Código Tributário Municipal?

- a) Os certificados fiscais recebidos podem ser utilizados para pagamento integral do ISS e IPTU devidos, sem qualquer desconto no valor de face do certificado.
- b) O incentivo pode ser concedido a qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente de seu domicílio, desde que o projeto cultural seja realizado em Florianópolis.
- c) Os portadores dos certificados podem utilizá-los para pagamento de até 20% do valor devido de ISS e IPTU, e o valor de face dos certificados sofrerá um desconto de 30% no momento do pagamento desses impostos.
- d) A Câmara Municipal de Florianópolis define que o valor anual para incentivo cultural não poderá ser inferior a 2,5% nem superior a 5% da receita de ISS e IPTU.
- e) Os certificados fiscais possuem validade indeterminada e não sofrem correção monetária.

90. O Código Tributário Municipal de Florianópolis estabelece um incentivo fiscal autorizando o Prefeito a conceder, para empresas que admitirem portadores de deficiência, desconto no pagamento do IPTU. De acordo com as disposições legais sobre este incentivo, qual das alternativas abaixo está CORRETA?

- a) O desconto no IPTU é concedido a qualquer empresa, independentemente do número de imóveis que possua, e pode chegar a 20% se a empresa contratar 6 ou mais deficientes.
- b) O benefício é aplicável a todas as categorias de deficiência, sem restrição quanto à fonte de renda do empregado portador de deficiência.
- c) O desconto é limitado a um imóvel por empresa beneficiada e a proporção do desconto varia conforme o número de deficientes contratados.
- d) A renovação anual do desconto é automática, não necessitando de comprovação da manutenção dos empregados portadores de deficiência.
- e) Se o deficiente não trabalhar o ano anterior completo, a empresa perde o direito ao desconto proporcional, devendo aguardar o próximo exercício fiscal.

91. A legislação tributária municipal de Florianópolis estabelece diversas obrigações tributárias acessórias que devem ser cumpridas pelos contribuintes. Com base no que dispõe o CTM sobre essas obrigações, qual das seguintes afirmações é CORRETA?

- a) A comunicação à Fazenda Municipal sobre alterações cadastrais ou que modifiquem obrigações tributárias deve ser feita em até 30 dias da ocorrência do fato.
- b) A concessão de isenção fiscal desobriga o contribuinte de cumprir as obrigações acessórias, como a apresentação de declarações e a conservação de documentos.
- c) Constitui obrigação acessória a conservação e apresentação ao Fisco, quando solicitado, de documentos referentes a operações que

constituam fato gerador de obrigação tributária, bem como a prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela autoridade fiscal.

- d) A emissão de documentos fiscais é uma obrigação principal, e não acessória, pois está diretamente ligada ao pagamento do tributo.
- e) A única obrigação acessória expressamente mencionada é a apresentação de declarações e guias, sendo as demais consideradas meras recomendações.

92. A legislação tributária de Florianópolis estabelece que os fiscais de tributos municipais têm competências específicas para o controle e fiscalização dos tributos. Considerando as prerrogativas e deveres desses agentes, qual das seguintes afirmações está CORRETA?

- a) Os fiscais de tributos municipais podem retirar quaisquer livros fiscais e documentos do estabelecimento do contribuinte a qualquer momento, sem necessidade de termo de recebimento, desde que apresentem sua identidade funcional.
- b) Os livros fiscais e documentos de interesse da arrecadação devem ser guardados pelo contribuinte por um prazo máximo de 2 anos, após o qual podem ser descartados.
- c) A fiscalização tributária recai apenas sobre pessoas físicas ou jurídicas que estejam obrigadas ao cumprimento de obrigação tributária principal, excluindo aquelas que gozam de imunidade.
- d) Os fiscais de tributos municipais terão acesso às dependências do estabelecimento mediante a apresentação de sua identidade funcional, e os livros e documentos fiscais, em regra, só podem ser retirados do estabelecimento para entrega aos fiscais mediante termo específico.
- e) A autenticidade dos documentos fiscais eletrônicos é garantida por termo assinado pelo contribuinte e mantido na Secretaria de Fazenda.

93. A legislação municipal de Florianópolis prevê o credenciamento de contabilistas e organizações contábeis pela Secretaria Municipal da Receita para atuarem em nome de seus clientes. Quais são as responsabilidades impostas ao contador credenciado em razão dessas atribuições?

- a) Manter os documentos e livros fiscais à disposição do fisco, comunicar o abandono de atividades pelo contribuinte e, ao deixar a responsabilidade pela escrita, indicar, se possível, o novo contador no prazo de 60 dias.
- b) Apenas realizar os procedimentos de inscrição e atualização cadastral, sendo a guarda de livros fiscais responsabilidade exclusiva do contribuinte.
- c) Manter os documentos e livros fiscais sempre à disposição do fisco, comunicar à Secretaria Municipal da Receita o abandono ou encerramento de atividades do contribuinte sem baixa regular, e comunicar a sua desvinculação da responsabilidade pela escrita no prazo de trinta dias, indicando o motivo e, se possível, o novo responsável.
- d) Efetuar declarações fiscais, mas não tem responsabilidade pela guarda de livros, que deve ser feita em cofre da Secretaria Municipal da Receita.
- e) Comunicar o abandono de atividades pelo contribuinte apenas se houver débitos tributários pendentes, e manter os livros fiscais por, no máximo, um ano após o encerramento da responsabilidade.

94. Segundo a legislação tributária de Florianópolis, em que circunstância a expedição de Ordem de Serviço para a Realização de Procedimento de Fiscalização (OSRPF) NÃO será exigida?

- a) Em procedimento de diligência destinado a levantar informações de interesse do fisco.
- b) Quando o fiscal constatar indícios de infração e houver risco de eliminação de provas se aguardar a Ordem de Serviço.
- c) Para a revisão interna de Declarações Eletrônicas, inclusive para aplicação de penalidade pela falta ou atraso na sua entrega.
- d) Sempre que o procedimento de fiscalização tiver duração inferior a trinta dias.
- e) Para a apreensão de livros e documentos fiscais em caso de recusa de apresentação pelo contribuinte.

95. O Código Tributário Municipal de Florianópolis trata do sigilo fiscal, vedando a divulgação de informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo. Contudo, existem exceções a essa regra. Qual das seguintes situações NÃO permite a divulgação de informações sigilosas?

- a) Requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça.
 - b) Divulgação para fins de cobrança amigável por empresas contratadas em licitação regular pelo Município.
 - c) Solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, comprovada a instauração regular de processo administrativo para investigar o sujeito passivo por infração administrativa.
 - d) Divulgação de informações relativas a inscrições na dívida ativa da Fazenda Pública.
 - e) Divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
-

96. A legislação tributária de Florianópolis permite que qualquer pessoa apresente uma representação contra ações ou omissões contrárias à legislação tributária. Quais são os requisitos e condições para a admissibilidade de tal representação?

- a) A representação pode ser anônima, desde que acompanhada de provas robustas da infração.
- b) A representação deve ser feita em petição assinada, mencionando nome do autor, acompanhada de provas ou indicação de seus elementos, e não será admitida se feita por ex-sócio ou ex-empregado do contribuinte relativa a fatos anteriores à sua desvinculação.
- c) A representação só pode ser feita por agentes fazendários, sendo vedada a particulares.
- d) A representação quando for apresentada por agente fazendário, só será recebida caso o agente faça parte do Grupo "Fisco".
- e) A representação deve ser dirigida diretamente ao Prefeito Municipal e só será admitida se tratar de infrações que resultem em evasão fiscal superior a um valor mínimo estabelecido em regulamento.

97. O Código Tributário Municipal de Florianópolis institui o Programa de Racionalização da Cobrança da Dívida Ativa. Conforme as disposições legais, após a inscrição do crédito em dívida ativa e antes do ajuizamento da execução fiscal, qual é o procedimento preferencial a ser observado?

- a) Ajuizamento imediato da execução fiscal para garantir o crédito, seguido de tentativa de conciliação.
- b) Inscrição em dívida ativa, seguida de remessa direta para protesto, e, se inexitoso, ajuizamento da execução fiscal.
- c) Inscrição em dívida ativa, intimação do contribuinte por correspondência para conciliação pré-processual, e, se não houver pagamento ou justificativa, remessa da certidão para protesto antes do ajuizamento da execução fiscal.

d) Protesto extrajudicial do débito assim que vencido, seguido da inscrição em dívida ativa e ajuizamento da execução fiscal.

e) Apenas a inscrição em dívida ativa e o aguardo de 90 dias para que o contribuinte procure a Fazenda Municipal para negociação, antes de qualquer outra medida.

98. De acordo com a legislação tributária de Florianópolis, o fato gerador do IPTU ocorre, em regra, no dia 31 de dezembro do ano anterior ao do exercício objeto do lançamento. No entanto, há uma situação específica que altera este marco temporal. Qual é essa situação e qual o novo marco temporal para a ocorrência do fato gerador?

- a) Para imóveis em construção, na data de expedição do "habite-se".
- b) Para imóveis rurais recém-incorporados à zona urbana, na data da lei que alterou o zoneamento.
- c) Na hipótese de prédio particular alugado por entidade religiosa, na data de início e de término do prazo da locação.
- d) Para imóveis objeto de desapropriação, na data da imissão de posse pelo Município.
- e) Para imóveis novos, na data do registro da primeira transmissão no Cartório de Imóveis.

99. A legislação de Florianópolis concede isenção de IPTU para o imóvel unifamiliar residencial de pescador ou lavrador. Quais são as condições adicionais que devem ser atendidas para que essa isenção seja aplicável, conforme o Código Tributário Municipal?

- a) O imóvel deve ter área construída inferior a 50m² e o pescador/lavrador deve ter renda familiar de até três salários mínimos.
- b) O imóvel deve ser o único de propriedade ou posse do pescador/lavrador, este não deve ter outra fonte de renda (ou ser viúva nestas condições com pensão como única fonte), e o imóvel deve ser ocupado como sua moradia.
- c) O pescador/lavrador deve ser aposentado, possuir apenas esse imóvel e comprovar que a pesca/lavoura é sua única atividade profissional.
- d) O imóvel deve estar localizado em zona rural ou de expansão urbana e o pescador/lavrador deve ceder parte do terreno para atividades comunitárias.
- e) O imóvel deve ser utilizado exclusivamente para a atividade de pesca/lavoura, mesmo que o proprietário resida em outro local.

100. Conforme o Decreto nº 5.156/2007, que regulamenta aspectos do IPTU em Florianópolis, como é determinado o valor venal e a testada para um terreno encravado, ou seja, aquele sem acesso direto à via pública?

- a) Utiliza-se o valor venal da via pública mais próxima com menor valor e a testada real do terreno.
- b) Utiliza-se o valor venal do último logradouro que der acesso ao imóvel e uma testada fictícia correspondente a 50% da lateral que dá acesso principal ao terreno.
- c) Adota-se o menor valor venal entre os logradouros confrontantes e a testada é considerada zero.
- d) Utiliza-se a média dos valores venais dos logradouros adjacentes e uma testada padrão de 10 metros.

- e) O terreno encravado é isento de IPTU devido à dificuldade de acesso.

BLOCO II**CONTABILIDADE***Gilmar Possati*

101. A Contabilidade, como ciência social, possui um objeto bem definido e princípios que norteiam sua prática. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa correta:

- a) O objeto principal da Contabilidade é o controle dos fluxos de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade.
- b) Patrimônio, na contabilidade básica, refere-se exclusivamente aos bens materiais de uma organização.
- c) A contabilidade tem como foco a administração econômica de atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade.
- d) O Princípio da Competência exige que os fatos contábeis sejam registrados no momento de sua ocorrência, independente de sua relevância.
- e) O Balanço Patrimonial é o único relatório contábil obrigatório para todas as companhias, independentemente de seu porte ou tipo de regime fiscal.

102. No contexto da Contabilidade, os eventos que afetam o patrimônio de uma entidade são classificados como fatos contábeis. Considerando a natureza desses fatos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Fatos permutativos são aqueles que provocam alterações qualitativas no patrimônio, trocando valores entre contas sem alterar o valor total do Patrimônio Líquido.
- II. A compra de um veículo à vista para uso da empresa é um exemplo de fato contábil misto, pois envolve a alteração de um ativo e um passivo ao mesmo tempo.
- III. Fatos modificativos aumentativos resultam no aumento do Patrimônio Líquido, como, por exemplo, o recebimento de uma receita de juros.
- IV. Atos administrativos, como a contratação de um funcionário, são considerados fatos contábeis, pois geram direitos e obrigações imediatas para a empresa.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

103. O Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis e reflete a posição financeira de uma entidade em determinado momento. Sobre a estrutura e as contas do Balanço Patrimonial, assinale a alternativa correta:

- a) No Ativo, as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, as mais líquidas primeiro.
- b) O Patrimônio Líquido é o resultado da soma dos ativos e passivos da entidade.
- c) Dividendos a Pagar, embora relacionados ao Patrimônio Líquido, são classificados como contas do Passivo Não Circulante.

d) Despesas antecipadas são classificadas como contas do Passivo, representando obrigações futuras da entidade.

e) O Ativo Imobilizado, que inclui bens de uso da empresa, é classificado no Ativo Circulante.

104. A depreciação é um processo contábil fundamental para alocar o custo de um ativo imobilizado ao longo de sua vida útil. Sobre a depreciação e seu tratamento contábil, é correto afirmar:

- a) O método de depreciação linear é o único aceito pela legislação brasileira para todos os tipos de ativos.
- b) O valor residual de um ativo é o montante que a entidade espera obter pela venda do ativo ao final de sua vida útil, deduzidos os custos de alienação.
- c) A despesa de depreciação de cada período deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido da entidade.
- d) A vida útil de um ativo é o período de tempo no qual se espera que o ativo seja fisicamente durável, independentemente de seu uso ou capacidade de gerar benefícios.
- e) Gastos com frete e instalação de um ativo imobilizado devem ser lançados como despesas operacionais no período em que ocorrem.

105. As demonstrações contábeis fornecem informações cruciais sobre a situação financeira e o desempenho de uma entidade. Sobre as principais demonstrações e seus objetivos, analise as afirmativas abaixo:

- I. A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) tem como objetivo principal apresentar o lucro ou prejuízo apurado em um determinado período.
- II. O Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) detalha as movimentações de caixa da entidade, classificando-as em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- III. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é obrigatória para todas as companhias e mostra a riqueza criada pela entidade e sua distribuição.
- IV. O Balanço Patrimonial apresenta os bens, direitos e obrigações da empresa em uma data específica, refletindo sua posição financeira.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

106. A escrituração contábil é o processo de registro dos fatos que afetam o patrimônio de uma entidade, e o método das partidas dobradas é a base desse sistema. Sobre as normas e os livros contábeis, assinale a alternativa correta:

- a) O Livro Razão é o principal livro de registro cronológico de todas as transações diárias de uma empresa.
- b) Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2000, a escrituração contábil deve ser realizada em idioma e moeda nacionais, admitindo-se borrões ou rasuras para pequenas correções.
- c) Um lançamento contábil que envolva a aquisição de matérias-primas com pagamento parcial à vista

e o restante a prazo exigirá um débito e mais de um crédito.

- d) O Livro Diário serve como um fichamento para resumir e totalizar os lançamentos detalhados do Livro Razão.
- e) O pagamento de fornecedores de compras anteriores a prazo gera um aumento no Ativo e um aumento no Passivo da entidade, conforme o método das partidas dobradas.

107. O CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – fornece diretrizes essenciais para o reconhecimento e mensuração dessas naturezas de obrigações e direitos. Analise as afirmativas a seguir em relação a esse pronunciamento e assinale a alternativa correta:

- a) Provisões e passivos derivados de apropriações por competência (accruals) são classificados e divulgados da mesma forma nas demonstrações contábeis.
- b) Um passivo derivado de apropriação por competência (accrual) é caracterizado pela alta incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro.
- c) Os valores mensais referentes a férias a pagar e seus encargos sociais se enquadram como provisões, devido à sua natureza de estimativa.
- d) A estimativa do valor para cobrir garantias de qualidade de produtos vendidos pela entidade é um exemplo de provisão, dada a incerteza no momento e no valor do desembolso.
- e) Contas a pagar são passivos cuja incerteza sobre o valor futuro é significativa, exigindo sua divulgação separada no balanço.

108. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é vital para compreender o desempenho econômico-financeiro de uma empresa. Considerando os elementos que a compõem e a Lei nº 6.404/1976, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta sobre a apuração do resultado:

- a) A Receita Líquida de Vendas é calculada pela Receita Bruta, subtraindo-se apenas as devoluções de vendas.
- b) O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é uma despesa operacional que afeta o lucro líquido, mas não o lucro bruto.
- c) Despesas com salários da área de vendas e despesas de energia elétrica administrativas são componentes diretos do custo da mercadoria vendida.
- d) O Lucro Bruto é apurado pela diferença entre a Receita Líquida de Vendas e o Custo da Mercadoria Vendida.
- e) Os descontos incondicionais concedidos são despesas financeiras que reduzem o lucro líquido do exercício.

109. A avaliação e mensuração de ativos são cruciais para a fidedignidade das demonstrações contábeis, sendo normatizadas por pronunciamentos como o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e o CPC 46 (Mensuração a Valor Justo). Sobre esses temas, assinale a alternativa correta:

- a) O valor recuperável de um ativo é sempre igual ao seu valor justo líquido das despesas de venda.
- b) O Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente – se aplica a operações de curto prazo que não apresentem efeito relevante.
- c) Um ativo qualificável, para fins de capitalização de custos de empréstimos (CPC 20), é aquele que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda.
- d) Se o valor contábil de um ativo é inferior ao seu valor recuperável, a entidade é obrigada a reconhecer uma perda por imparidade.

e) As notas explicativas devem indicar apenas o número de ações do capital social, sem detalhar espécies e classes.

110. A Contabilidade é uma ciência social que se ocupa do patrimônio das entidades, analisando-o sob diferentes perspectivas para fornecer informações úteis. Sobre os conceitos fundamentais de patrimônio e entidade, assinale a alternativa correta:

- a) Patrimônio, em contabilidade, é restrito ao conjunto de bens materiais da organização, excluindo-se direitos e obrigações.
- b) A Azienda representa um complexo de bens, direitos e obrigações, sob a gestão de uma pessoa (física ou jurídica), formando uma unidade econômico-administrativa.
- c) O objeto da contabilidade é a pessoa jurídica, com foco em sua regularidade fiscal e cumprimento de obrigações.
- d) Na contabilidade básica, o balanço é caracterizado por um conjunto de bens, direitos e obrigações de uma organização.
- e) Atos administrativos são considerados fatos contábeis, pois alteram o patrimônio da entidade no momento de sua ocorrência.

111. A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00) estabelece as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Sobre estas características, assinale a alternativa correta:

- a) Para ser relevante, uma informação contábil necessita ter valor preditivo e valor confirmatório.
- b) A representação fidedigna é alcançada quando a informação é completa, neutra e parcial.
- c) A comparabilidade permite aos usuários identificar similaridades e diferenças entre itens, sendo uma característica de aprimoramento.
- d) A materialidade é uma característica qualitativa fundamental que determina a utilidade da informação contábil.
- e) A tempestividade implica que a informação contábil deve ser fornecida o mais tarde possível para garantir a exatidão máxima.

112. A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00) define os elementos das demonstrações contábeis. Considerando essas definições, é correto afirmar que:

- a) Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados, cujo potencial de produzir benefícios econômicos é incerto, porém provável.
- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos futuros.
- c) Receita representa o aumento do patrimônio líquido proveniente de transações com os detentores de direitos sobre o patrimônio.
- d) Despesa é a redução nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- e) Patrimônio Líquido é o interesse total nos ativos da entidade, antes de deduzidos os passivos.

113. No gerenciamento contábil e financeiro, a ocorrência de erros na escrituração é uma possibilidade que exige procedimentos corretivos específicos. Assinale a alternativa que indica o procedimento adequado para corrigir um lançamento incorreto em uma conta bancária, que requer contato direto com a instituição bancária para a correção e devolução de valor:

- a) Transação horizontal indevida.
- b) Corretivo financeiro.
- c) Corretivo de lançamento.
- d) Estorno de lançamentos indevidos.
- e) Reclassificação contábil.

114. O Balanço Patrimonial é a demonstração que espelha a posição financeira e patrimonial de uma entidade em determinada data. Sobre a classificação e natureza de contas no Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) No Ativo Circulante, as contas são classificadas em ordem decrescente de liquidez, começando por disponibilidades.
- b) O Patrimônio Líquido representa o capital próprio da empresa, sendo a diferença entre o Ativo Total e o Passivo Exigível.
- c) Debêntures emitidas são consideradas contas de obrigações e classificadas no Passivo da entidade.
- d) Bens de renda são aplicações da organização, como letras de câmbio e aplicações em ouro, classificadas no Ativo.
- e) Capital Social Subscrito, Reservas Estatutárias e Prejuízos Acumulados são contas que, apesar de relacionadas ao Patrimônio Líquido, integram o Passivo Exigível.

115. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma demonstração financeira essencial para a análise da capacidade de uma entidade em gerar e utilizar caixa e equivalentes de caixa. Sobre os elementos e a estrutura do Relatório para Fluxo de Caixa, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

- I. O Saldo Inicial do caixa é composto apenas pelo dinheiro existente fisicamente na empresa, excluindo saldos bancários disponíveis.
- II. Entradas de Caixa correspondem somente a vendas realizadas à vista, não incluindo recebimentos de duplicatas ou cartões de crédito.
- III. O Saldo Operacional representa a diferença entre as entradas e saídas de caixa no período, relacionadas às atividades operacionais.
- IV. O Saldo parcial de Caixa ao final do período torna-se o Saldo inicial do próximo período.

Estão CORRETAS apenas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I, II e IV.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

116. No planejamento da auditoria, os auditores independentes devem seguir a seguinte orientação:

- a) executar procedimentos de auditoria que forneçam evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar a opinião do auditor.
- b) elaborar um relatório modificado se houver distorções relevantes.
- c) emitir opinião com ressalvas quando for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada.

d) buscar evidências de auditoria adequadas e suficientes.

e) identificar e avaliar os riscos de fraude relevantes para os objetivos da auditoria..

117. Assinale a alternativa INCORRETA acerca da documentação de auditoria, em conformidade com as normas de auditoria vigentes.

a) O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor experiente, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.

b) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor deve registrar as características que identificam os itens ou assuntos específicos testados.

c) Explicações verbais do auditor não representam documentação adequada para o trabalho executado pelo auditor ou para as conclusões obtidas, nem podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria.

d) O auditor deve documentar discussões de assuntos significativos com a administração, os responsáveis pela governança e outros, incluindo a natureza dos assuntos significativos discutidos e quando e com quem as discussões ocorreram.

e) Se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência.

118. Ao planejar a auditoria, o auditor exerce julgamentos sobre as distorções que são consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para

- a) determinar a natureza, a época e a extensão do procedimento de inspeção realizada na avaliação de riscos.
- b) determinar a natureza, a época e a extensão do procedimento de observação realizada na avaliação de riscos.
- c) determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco.
- d) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante na execução dos procedimentos de auditoria adotados.
- e) identificar e avaliar os riscos toleráveis de distorção relevante na aplicação dos testes de auditoria.

119. Os riscos que independem diretamente do auditor independente consistem em

- a) risco residual e risco de distorção relevante.
- b) risco de amostragem e risco de avaliação.
- c) risco inerente e risco de detecção.
- d) risco de detecção e risco de controle.
- e) risco inerente e risco de controle.

120. No exercício de 2025, a empresa XPTO S/A foi incluída em um Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), que é um regime opcional de parcelamento de débitos fiscais para pessoas jurídicas com dívidas com a Receita Federal. O fato foi apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis. Mesmo sendo divulgado o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), o auditor julgou que o assunto é de importância fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Assim, o auditor independente incluirá, em seu relatório,

- a) um parágrafo de outros assuntos.

b) uma ressalva.

c) um fato relevante.

d) um parágrafo de ênfase.

e) Uma opinião não modificada

121. Segundo a NBC TA 530: “Para os testes de controles, uma taxa de desvio da amostra inesperadamente _____ pode levar a um(a) _____ no risco identificado de distorção relevante, a menos que sejam obtidas evidências adicionais de auditoria que comprovem a avaliação inicial”.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) alta - distorção
- b) baixa – aumento
- c) baixa – divergência
- d) alta – aumento
- e) alta – diminuição

122. Nos trabalhos de auditoria independente, a manutenção do ceticismo profissional é necessário, por exemplo, para reduzir o risco de:

- I. Usar premissas inapropriadas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos e avaliar os seus resultados.
- II. Negligenciar circunstâncias comuns.
- III. Generalizar excessivamente ao tirar conclusões a partir das observações.

Quais estão erradas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.
- e) Apenas I e II.

123. Uma auditoria tem limitações inerentes, e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria que propiciam ao auditor obter suas conclusões e nas quais baseia a sua opinião são persuasivas ao invés de conclusivas. Assim, as limitações inerentes de uma auditoria originam-se da:

- I. Evidência de auditoria.
- II. Natureza das informações contábeis.
- III. Natureza dos procedimentos de auditoria.
- IV. Necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo razoável e a um custo razoável.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, II e III.
- e) Apenas II, III e IV.

124. Em conformidade com a NBC TI 01 – Auditoria Interna, os papéis de trabalho

- a) devem ser suficientes, fidedignos, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.
- b) constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.
- c) devem ser documentados pela auditoria interna, sendo elaborados em meio físico ou eletrônico, organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- d) visam obter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão do planejamento de auditoria interna

aplicado, bem como o risco exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

- e) visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.

125. Avalie as afirmativas a seguir, nos termos da NBC TA 240 (R1).

I. A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor.

II. Caso o auditor tenha identificado ou suspeite de fraude, ele deve determinar se leis, regulamentos ou requisitos éticos relevantes exigem que o auditor comunique à autoridade competente externa à entidade e estabeleçam responsabilidades segundo as quais a comunicação à autoridade competente externa à entidade pode ser apropriada nas circunstâncias correspondentes.

III. Caso o auditor tenha identificado uma fraude ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve comunicar estes assuntos tempestivamente a pessoa de nível apropriado da administração que têm a responsabilidade primordial de prevenir e detectar fraude em assuntos relevantes no âmbito de suas responsabilidades.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.

126. Relacione os termos a seguir com seus respectivos significados, nos termos da NBC TA 315.

1. Objetivo do auditor.
2. Procedimentos Substantivos.
3. Testes de Controle.
4. Extensão de procedimento de auditoria.
5. Procedimentos de confirmação externa.

() Determinada após a consideração da materialidade, do risco avaliado e do grau de segurança que o auditor planeja obter. Aumenta à medida que o risco de distorção relevante aumenta.

() São frequentemente relevantes quando cobrem as afirmações relacionadas com os saldos das contas e seus elementos, mas não podem ser restritos a estes itens. Também podem ser executados para obter evidência sobre a ausência de certas condições.

() Planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações e incluem testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações) e procedimentos analíticos substantivos.

() Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente relacionada aos riscos avaliados de distorção relevante por meio do planejamento e da implementação de respostas apropriadas a esses riscos.

() Procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

A relação correta, na ordem apresentada, é

- a) 3 – 1 – 2 – 5 – 4.
- b) 3 – 1 – 4 – 5 – 2.
- c) 5 – 4 – 1 – 2 – 3.
- d) 4 – 5 – 2 – 1 – 3.
- e) 2 – 1 – 3 – 4 – 5.

127. Relacione os termos a seguir com seus respectivos significados, nos termos da NBC TA 200 (R1).

1. Evidências de auditoria
2. Risco de auditoria
3. Distorção
4. Ceticismo profissional

() é a possibilidade de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

() é a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

() é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

() são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 2 – 3 – 4 – 1.
- c) 4 – 3 – 2 – 1.
- d) 4 – 1 – 2 – 3.
- e) 2 – 4 – 3 – 1.

128. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, os testes de observância são destinados a

- a) validar se os administradores conduzem os negócios de forma a maximizar lucros.
- b) garantir que não houve erros relevantes ou fraudes.
- c) certificar que os controles internos estabelecidos pela empresa são observados e cumpridos.
- d) substituir a necessidade de testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- e) constatar as evidências obtidas durante a execução do trabalho de auditoria e emitir opinião.

129. O procedimento de auditoria que consiste na checagem de saldos contidos em contas representativas de direitos e de obrigações por meio de informações recebidas dos próprios credores ou devedores da organização que está sendo auditada é o(a)

- a) procedimento analítico.
- b) confirmação externa.
- c) observação direta.
- d) indagação.
- e) recálculo.

130. Associe os tipos de auditoria do setor público, conforme a ISSAI 100, às suas respectivas definições.

Tipos de auditoria do setor público:

I. Auditoria Financeira.

II. Auditoria Operacional.

III. Auditoria de Conformidade.

- () É o tipo de auditoria realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- () É o tipo de auditoria que foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de

economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.

- () É o tipo de auditoria que objetiva obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir ao auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) I – II – III.
- b) I – III – II.
- c) III – II – I.
- d) II – I – III.
- e) III – I – II.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

131. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações, ressalvadas as situações relativas ao acesso a cargos públicos.
- b) é vedada a tortura, assim como qualquer forma de tratamento desumano ou degradante.
- c) são gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento, a carteira nacional de habilitação e a certidão de óbito.
- d) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja conveniente ao Estado.
- e) os direitos e garantias fundamentais não se aplicam aos estrangeiros.

132. A respeito dos direitos constitucionais do cidadão, julgue os itens a seguir:

- I – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, exceto nos casos previstos em lei.
- II - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- III - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Estão corretos, apenas:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I

133. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito dos direitos sociais:

- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- b) A Constituição assegura aos empregados relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- c) É assegurada – apenas aos trabalhadores urbanos - a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

d) A Constituição assegura aos trabalhadores aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

e) A CF assegura os mesmos direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, mas não aos trabalhadores avulsos.

134. Assinale a alternativa correta, a respeito da Administração Pública na Constituição:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros.
- b) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- c) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- d) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- e) os juízes podem acumular seu cargo com função de caráter técnico ou científico.

135. Joaniclébisson, servidor público estadual, foi eleito para o cargo de Governador do Estado. Conforme o disposto na Constituição Federal, ele:

- a) poderá acumular o cargo efetivo e o mandato eletivo.
- b) poderá optar por receber o subsídio do mandato eletivo ou a remuneração do cargo efetivo.
- c) precisará afastar-se do cargo efetivo.
- d) não poderia ter sido eleito, já que os servidores públicos são inelegíveis.
- e) não poderia ter sido eleito, salvo se militar.

136. Pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

- a) Presidente da República.
- b) Presidente do Senado Federal.
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) Confederação sindical.
- e) entidade de classe de âmbito nacional.

137. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, exceto:

- a) ações do empregado contra o empregador em relação a acidentes de trabalho.
- b) ações de indenização por danos morais decorrentes da relação de trabalho.
- c) causas relativas ao exercício do direito de greve por servidores estatutários.
- d) causas decorrentes da relação de trabalho.
- e) ações possessórias decorrentes do exercício do direito de greve de empregados celetistas.

138. Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra:

- a) lei federal.
- b) medida provisória.
- c) lei estadual.
- d) lei municipal.
- e) resolução do Conselho Nacional de Justiça.

139. O Presidente da República, diante de uma situação de relevância e urgência, decide editar uma medida provisória, com força de lei. Assinale a alternativa que prevê uma matéria a respeito da qual essa autoridade não pode editar esse tipo de ato:

- a) para dispor sobre jornada de trabalho.

b) para trazer regras de ajuizamento de ações e interposição de recursos.

c) para abrir crédito extraordinário.

d) para dispor sobre contrato de locação de imóvel urbano.

e) criando uma nova hipótese de contrato de trabalho.

140. Se o Tribunal de Contas do Estado, ilegalmente, negar registro à aposentadoria do servidor efetivo Fulano, cujo processo encontrava-se na corte de contas há mais de cinco anos, o servidor pode ajuizar:

a) *habeas corpus*.

b) *habeas data*.

c) mandado de injunção.

d) mandado de segurança.

e) ação popular.

141. Sobre os Tribunais de Contas, à luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir:

I – Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas anualmente prestadas pelo Presidente da República.

II – As competências constitucionais dos tribunais de contas estão previstas de forma exemplificativa na Constituição.

III – As decisões das cortes de contas que imputem débito ou imponham multa têm força de título executivo.

Está(ão) correto(s) apenas:

a) I e III

b) II e III

c) I e II

d) II

e) III

142. A respeito da Tributação e do Orçamento, julgue os itens a seguir:

- I – A imunidade tributária, como hipótese constitucional de não incidência de tributos, garante que não sejam cobrados impostos da empresa estatal federal de serviços postais, em relação às suas atividades-fim.
- II – O serviço público de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III – Compete aos Estados e Municípios instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços, criada pela Reforma Tributária (EC nº 132/23).

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) II

143. Considere o seguinte trecho de decisão do STF:

“Como já pacificado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, domicílio, numa extensão conceitual mais larga, abrange até mesmo o local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua um ambiente fechado ou de acesso restrito ao público, como é o caso típico dos escritórios profissionais.” (STF, Pleno, AgRg no RE nº 1.447.374/MS, relator Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 01.10.2023).

Ao interpretar em sentido ampliativo a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, pode-se afirmar que a Corte adotou o princípio hermenêutico do (a):

- a) efeito integrador.
- b) conformidade funcional.
- c) interpretação conforme a constituição.
- d) máxima efetividade.
- e) harmonização.

144. O Governador de Santa Catarina decidiu delegar ao Procurador-Geral do Estado a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a inconstitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O governador possui essa competência, mas ela é indelegável.
- b) O governador não possui essa competência.
- c) O governador possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada.
- d) O governador possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais.
- e) O governador possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

145. Um projeto de lei de autoria de um vereador pretende instituir uma política pública de não discriminação nas escolas públicas municipais. Mesmo não criando novos órgãos públicos, o projeto foi vetado pelo Prefeito, sob alegação de vício de iniciativa. À luz da jurisprudência do STF, a alegação do Prefeito:

- a) não procede, pois os parlamentares podem propor projetos de lei sobre políticas públicas, ainda que prevejam a criação de órgãos.
- b) não procede, pois os parlamentares podem propor projetos de lei sobre políticas públicas, desde que não prevejam a criação de órgãos.
- c) não procede, pois as regras federais de processo legislativo não se aplicam à esfera municipal.
- d) procede, estando caracterizado o vício de iniciativa.
- e) procede em parte, apenas porque é inconstitucional criar programa municipal de não discriminação.

146. O Município de Florianópolis editou lei ordinária dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial.
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência.
- c) constitucional.
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar.
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

147. Nos termos da Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade:

- a) subsidiária.
- b) complementar.
- c) indireta.
- d) solidária.
- e) penal.

148. Wesssklleysson, prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, está em seu segundo mandato consecutivo à frente da prefeitura. Sabendo estar inelegível para o cargo de prefeito de Alfa nas eleições de 2028, e conhecedor de sua fama no município vizinho de Zeta, decide para lá transferir seu domicílio eleitoral, na expectativa de candidatar-se a prefeito de Zeta nas eleições de 2028.

Ao consultar sua assessoria jurídica acerca dessa possibilidade, foi-lhe esclarecido corretamente que:

- a) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, uma vez que sua inelegibilidade atinge apenas o território de Alfa.
- b) não poderá candidatar-se a prefeito nas eleições de 2024, mesmo que em outro município.
- c) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, mas não poderá concorrer à reeleição.
- d) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, desde que renuncie ao cargo atual até seis meses antes do pleito.
- e) encontra-se inelegível para qualquer cargo nas eleições de 2024.

149. A respeito da organização do Estado, julgue os itens a seguir:

- I – Os Municípios, apesar de serem considerados entes federativos, não possuem autonomia política nem capacidade de autolegislação, embora sejam dotados de autogoverno.
- II – Cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, assegurada a edição de medida provisória para a regulamentação da matéria.
- III – Compete aos Municípios organizar, criar e suprimir distritos, observada a legislação estadual a respeito.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e III.

150. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta:

- a) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional.
- b) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil.
- d) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas pelo Presidente da República.
- e) As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta, e têm posição hierárquica superior às leis ordinárias.

151. Durante situação de calamidade pública de âmbito nacional, um grupo de 25 Senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a fim de constitucionalizar a regra segundo a qual é crime hediondo realizar queimadas. Era previsto, ainda, que essa nova regra atingiria pessoas que tivessem cometido o crime nos dois anos anteriores à entrada em vigor da emenda constitucional. Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta, a emenda constitucional foi enfim sancionada pelo Presidente da República, promulgada e publicada.

À luz da Constituição, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que a Emenda Constitucional assim aprovada apresenta vícios:

- a) em relação aos limites circunstanciais, formais e materiais.
- b) em relação aos limites formais e materiais.
- c) em relação apenas aos limites formais.
- d) em relação aos limites circunstanciais e materiais.
- e) apenas em relação aos limites circunstanciais.

152. Wandercleydson é juiz auditor militar; Sinforosa é juíza do trabalho; Maryvânia é juíza federal; Abenebaldo é juiz de direito estadual. À luz do que dispõe a CF sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Wandercleydson pode compor o CNJ, se indicado pelo STF.
- b) Abenebaldo pode compor o CNJ, se indicado pelo STF.
- c) Sinforosa não pode integrar o CNJ.
- d) Maryvânia pode integrar e presidir o CNJ.
- e) Sinforosa pode integrar o CNJ, se indicada pelo STJ.

153. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:

- a) o crime político.
- b) o *habeas corpus* em que Governador de Estado seja paciente.
- c) a extradição solicitada por estado estrangeiro.
- d) o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade.
- e) o conflito de atribuições entre membro de Ministério Público Estadual e membro do Ministério Público da União.

154. No Sistema Tributário Nacional brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF) atribui a cada ente federativo competências específicas para criar e legislar sobre impostos. Portanto, a competência tributária para instituir impostos está dividida entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sobre a competência tributária, as limitações constitucionais ao poder de tributar e a imunidade tributária, a CF dispõe:

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou instituir tributo sem lei que o estabeleça.
- II. O imposto de importação de produtos estrangeiros é de competência da União.
- III. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
- IV. O imposto sobre a propriedade de veículos automotores é de competência da União.

Está correto o que consta APENAS de

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I e II.

155. Maria, Inês e Ana, estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da denominada imunidade tributária recíproca. Maria entendia que essa imunidade vedava que um ente federativo cobrasse qualquer tributo de outro ente dessa natureza. Inês, por sua vez, defendia que a imunidade recíproca é extensiva às autarquias, observados os balizamentos constitucionais. Por fim, Ana ressaltou que essa imunidade não é extensiva ao patrimônio relacionado com a exploração de atividades econômicas, que não sejam privativas do poder público, regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

Ao analisar o entendimento das três amigas, Bruna concluiu, corretamente, que:

- a) todas estão certas.
- b) todas estão erradas.
- c) apenas Inês e Ana estão certas.
- d) apenas Maria e Ana estão certas.
- e) apenas Maria e Inês estão certas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

156. Sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Comitê Gestor do IBS é composto apenas por representantes da União.
- b) O Comitê Gestor do IBS tem competência para fixar alíquotas do IBS.
- c) O Comitê Gestor do IBS edita regulamento único para o IBS.
- d) O Comitê Gestor do IBS é financiado exclusivamente pela União.
- e) A presidência do Comitê Gestor do IBS é fixa para representantes estaduais.

157. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o Direito Tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa de lixo pode ter a mesma base de cálculo de um imposto.
- b) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- c) Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se a partir do primeiro dia do ano seguinte ao do fato gerador, nos tributos lançados por homologação.
- d) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.
- e) A progressividade do IPTU em função do número de imóveis é constitucional.

158. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre as limitações ao poder de tributar:

- a) A União pode instituir isenções de tributos de competência estadual sem restrições.
- b) É vedado cobrar tributos antes de 90 dias da publicação da lei que os aumentou.
- c) Estados podem estabelecer diferenças tributárias em razão da procedência de bens.
- d) Tributos podem ter efeito confiscatório, desde que previstos em lei complementar.
- e) Imunidades tributárias abrangem taxas e contribuições de melhoria sem exceção.

159. Sobre as normas complementares da legislação tributária, julgue os itens a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () Os atos normativos expedidos por autoridades administrativas são considerados normas complementares.
- () As práticas reiteradas das autoridades administrativas nunca podem ser consideradas normas complementares, por não estarem positivadas.
- () A observância de normas complementares exclui a imposição de penalidades e a cobrança de juros de mora.
- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

160. Analise o caso hipotético: a auditora fiscal Ana verificou que uma empresa adquiriu um fundo de comércio e continuou sua exploração sob a mesma razão social. Durante a fiscalização, constatou débitos tributários anteriores à aquisição, relacionados ao fundo adquirido. A empresa alega que não deve responder pelos débitos, pois a alienação ocorreu em processo de recuperação judicial. Qual deve ser a conduta de Ana?

- a) Isentar a empresa, pois a alienação em recuperação judicial sempre exclui a responsabilidade tributária.
- b) Responsabilizar a empresa integralmente, independentemente do processo de recuperação judicial.
- c) Responsabilizar a empresa apenas se o adquirente tiver relação com o devedor em recuperação judicial, como um vínculo de parentesco.
- d) Isentar a empresa, pois a responsabilidade tributária é sempre do alienante.
- e) Responsabilizar a empresa solidariamente, caso o alienante continue a exploração comercial.

161. No tocante ao conceito de tributo e espécies tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) Tributo é uma prestação pecuniária facultativa, instituída por lei.
- b) A natureza jurídica do tributo é determinada pela destinação legal do produto arrecadado.
- c) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito.
- d) Taxas e contribuições de melhoria não são consideradas tributos.
- e) A denominação adotada pela lei define a natureza jurídica do tributo.

162. Considerando as regras previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR):

- a) O ITR incide sobre pequenas glebas rurais, independentemente de sua exploração.
- b) O ITR é progressivo para desestimular propriedades improdutivas.
- c) O ITR é fiscalizado exclusivamente pela União, sem possibilidade de delegação.
- d) O ITR tem alíquotas fixadas por resolução do Congresso Nacional.
- e) O ITR incide sobre propriedades urbanas em áreas rurais.

163. Em conformidade com as regras sobre Obrigação Tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador da obrigação principal é sempre uma situação jurídica definitiva.
- b) A definição legal do fato gerador considera a validade jurídica dos atos praticados.
- c) O fato gerador da obrigação acessória é a situação que impõe a prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.

d) A autoridade administrativa não pode desconsiderar atos praticados com dolo ou fraude, com objetivo de dissimular o fato gerador.

e) O fato gerador da obrigação tributária ocorre apenas em situações de fato, nunca em situações jurídicas.

164. Considere a situação hipotética: o fiscal tributário Pedro identificou que um contribuinte não prestou a declaração obrigatória de um tributo sujeito a lançamento por homologação. Após o prazo legal, Pedro constatou que não houve nenhum pagamento antecipado do tributo. Qual é o prazo que Pedro possui para efetuar o lançamento tributário?

- a) 5 anos contados da data do fato gerador.
- b) 5 anos contados do primeiro dia do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador.
- c) 5 anos contados da data da declaração.
- d) 5 anos contados da data do vencimento do prazo legal.
- e) 10 anos contados da data do fato gerador.

165. Considerando as regras de Isenção previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A isenção deve ser concedida por lei que especifique suas condições e requisitos.
- b) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- c) A isenção não se aplica a tributos instituídos após sua concessão, salvo disposição em contrário.
- d) A isenção, mesmo quando concedida de forma não onerosa, não pode ser revogada.
- e) A isenção individual é efetivada por despacho da autoridade administrativa, prevista em lei.

166. Determinado servidor público inscreveu um crédito tributário em dívida ativa após o esgotamento do prazo para pagamento. O contribuinte alegou que a inscrição era nula, pois não indicava a origem do crédito. Qual deve ser a conduta do servidor?

- a) Manter a inscrição, pois a origem do crédito é irrelevante.
- b) Anular a inscrição, pois a indicação da origem do crédito é obrigatória.
- c) Manter a inscrição, pois a nulidade só ocorre após decisão judicial.
- d) Anular a inscrição, pois a dívida ativa não goza de presunção de certeza.
- e) Manter a inscrição, pois a nulidade pode ser sanada após a execução fiscal.

167. Considerando as regras de Legislação Tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição de melhoria pode ter como limite total o valor do imóvel beneficiado.
- b) A lei de contribuição de melhoria não precisa publicar o orçamento do custo da obra.
- c) A contribuição de melhoria não pode ser cobrada em razão do poder de polícia.
- d) A contribuição de melhoria não exige notificação do contribuinte sobre o montante devido.
- e) A contribuição de melhoria pode ser instituída sem limite individual de valorização imobiliária.

168. Considerando as regras de Legislação Tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Os convênios entre entes federativos entram em vigor na data de sua publicação, sem exceção.
- b) As decisões administrativas com eficácia normativa entram em vigor imediatamente após sua publicação.
- c) A legislação tributária dos Municípios tem vigência extraterritorial se prevista em convênios.
- d) Os atos administrativos normativos entram em vigor 30 dias após sua publicação, salvo disposição em contrário.
- e) Leis que instituem impostos sobre o patrimônio entram em vigor no mesmo exercício de sua publicação.

169. Considerando as regras previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS):

- a) O IBS incide sobre exportações, com aproveitamento de créditos pelo exportador.
 - b) O IBS possui alíquotas diferenciadas por ente federativo, devendo haver legislação estadual ou municipal específica para definir as regras de tributação.
 - c) O IBS é cumulativo, ou seja, não permite a compensação do imposto devido com o cobrado em operações anteriores.
 - d) O IBS não integra sua própria base de cálculo, conforme definido por lei complementar.
 - e) O IBS pode ser objeto de incentivos fiscais pelos entes federados, por meio de lei, respeitados os requisitos definidos pelo Comitê Gestor do IBS.
-

170. Sobre a extinção do crédito tributário, julgue os itens a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () O pagamento é uma das formas de extinção do crédito tributário.
- () A compensação de créditos tributários pode ser realizada, desde que haja norma complementar dispondo sobre.
- () A dação em pagamento em bens imóveis extingue o crédito tributário, se prevista em lei.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) F, V, V
- d) V, F, F
- e) F, V, F

171. Sobre o imposto seletivo, previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Incide sobre exportações de bens prejudiciais à saúde.
- b) Integra sua própria base de cálculo.
- c) Incide uma única vez sobre o bem ou serviço.
- d) Não pode ter alíquotas específicas.
- e) Incide sobre operações com energia elétrica.

172. Considerando as disposições sobre obrigação tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- b) A capacidade tributária passiva exige que a pessoa jurídica esteja regularmente constituída.
- c) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.
- d) A capacidade tributária passiva é limitada para pessoas naturais sujeitas a medidas judiciais.

e) A capacidade tributária passiva depende da administração direta dos bens do contribuinte.

173. Sobre o princípio da legalidade tributária previsto na Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () É vedado instituir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, mas a concessão de crédito presumido pode ser autorizada por ato do Poder Executivo.
- () A legalidade tributária não se aplica às taxas e contribuições de melhoria.
- () O imposto de importação foi excepcionado do princípio da legalidade, no tocante à alteração das suas alíquotas.

- a) V, F, F
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, V

174. Em relação à suspensão do crédito tributário no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) O depósito do montante integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade.
- c) As reclamações e recursos administrativos suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- d) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento de obrigações acessórias.
- e) A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.

175. Sobre a repartição de receitas tributárias prevista na Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () Os Municípios recebem 25% do ICMS arrecadado pelos Estados.
- () A União entrega 22,5% do imposto de renda ao Fundo de Participação dos Estados.
- () Os Municípios recebem 25% do IPI recebido pelos Estados da União proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados aos Municípios.

- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

176. Sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O IPI incide sobre produtos industrializados destinados à exportação.
- b) O IPI é cumulativo, integrando sua própria base de cálculo.
- c) O IPI é seletivo em função da essencialidade do produto.
- d) O IPI tem alíquotas fixadas exclusivamente por lei complementar.
- e) O IPI não permite redução de impacto sobre bens de capital.

177. Sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O ITCMD incide sobre doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais.
- b) O ITCMD é de competência dos Municípios.
- c) O ITCMD é progressivo em razão do valor da doação.
- d) O ITCMD tem alíquotas fixadas pelo Congresso Nacional.
- e) O ITCMD incide sobre doações a organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas.

178. Considerando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Fundo visa reduzir desigualdades regionais e sociais.
- b) Os recursos do Fundo são entregues aos Estados e ao Distrito Federal.
- c) Os coeficientes de participação são calculados pelo Tribunal de Contas da União.
- d) É vedada a retenção dos recursos do Fundo.
- e) Os Municípios definem os projetos prioritários do Fundo.

179. Sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA incide sobre tratores e máquinas agrícolas.
- b) O IPVA tem alíquotas fixadas por lei complementar.
- c) O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas por impacto ambiental.
- d) O IPVA é de competência dos Municípios.
- e) O IPVA somente incide sobre veículos terrestres.

180. Quais das alternativas abaixo representam restrições para o Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123/2006?

- a) Empresa com receita bruta anual de R\$ 3.000.000,00.
- b) Empresa que exerce atividade de microcervejaria.
- c) Empresa constituída como sociedade por ações.
- d) Empresa com débitos fiscais com exigibilidade suspensa.
- e) Empresa que presta serviços de transporte urbano.

181. Sobre as vedações ao ingresso no Simples Nacional, previstas na Lei Complementar nº 123/2006, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A pessoa jurídica que possua débito com o INSS, cuja exigibilidade esteja suspensa, pode recolher pelo Simples Nacional.
- () A microempresa que explore atividade de locação de imóveis próprios está vedada de recolher por meio do Simples Nacional.
- () A empresa que exerça atividade de importação de combustíveis pode efetuar o recolhimento pelo Simples Nacional, desde que a receita bruta não ultrapasse o limite legal.

- a) V, V, F
- b) F, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, V
- e) V, V, V

182. O Simples Nacional, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, é um regime especial de tributação que abrange diversos impostos e contribuições. Assinale a alternativa que apresenta um tributo que não é recolhido por meio do documento único de arrecadação do Simples Nacional:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.
- b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- c) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro - IOF.
- d) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
- e) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

183. Sobre a competência tributária prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Municípios podem instituir impostos sobre importação de produtos.
- b) Cabe à União instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- c) Estados têm competência para instituir taxas de iluminação pública.
- d) O Distrito Federal não pode instituir impostos municipais.
- e) Contribuições sociais são de competência compartilhada.

184. Considerando as regras da Constituição Federal sobre as exceções aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O imposto sobre importação de produtos estrangeiros não está sujeito à anterioridade nonagesimal.
- b) O imposto sobre exportação de produtos nacionais não está sujeito à anterioridade nonagesimal.
- c) O imposto sobre serviços de qualquer natureza está sujeito à anterioridade nonagesimal.
- d) O imposto sobre produtos industrializados pode ter suas alíquotas alteradas sem observar a anterioridade nonagesimal.
- e) Os empréstimos compulsórios para calamidade pública não observam a anterioridade anual.

185. Sobre as exceções aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal previstos na Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () O imposto sobre a propriedade de veículos automotores está dispensado da anterioridade anual em razão de sua natureza regulatória.
- () O imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro pode ter suas alíquotas alteradas pelo Poder Executivo sem observar a anterioridade nonagesimal.
- () Os empréstimos compulsórios para investimento público de relevante interesse nacional estão dispensados da anterioridade nonagesimal.

- a) V, F, F
- b) F, V, F
- c) F, V, V
- d) V, V, F
- e) F, F, V

186. Sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) previsto na Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () O ICMS é não cumulativo, permitindo compensação do imposto devido.
- () O ICMS incide sobre operações com energia elétrica destinadas a outros Estados.
- () O ICMS pode ser seletivo com base na essencialidade.

- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

187. Considerando as regras sobre normas complementares da legislação tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) As práticas reiteradas das autoridades fiscais não são consideradas normas complementares.
- b) Os convênios entre União e Estados não têm eficácia normativa.
- c) As decisões administrativas, desde que com eficácia normativa atribuída pela lei, são normas complementares.
- d) Os atos normativos expedidos por autoridades administrativas sempre exigem lei prévia.
- e) A observância de normas complementares, dispensa a cobrança de multas mas implica a cobrança de juros de mora.

188. Considerando as regras sobre responsabilidade tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) O adquirente de fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos se o alienante cessar a atividade.
- b) Os pais podem responder solidariamente pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- c) O inventariante pode se tornar responsável pelos tributos devidos pelo espólio.
- d) Os diretores de pessoa jurídica respondem pessoalmente por atos praticados com infração de lei.
- e) A responsabilidade solidária sempre comporta benefício de ordem.

189. Considerando as contribuições previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Contribuições sociais não incidem sobre receitas de exportação.
- b) Contribuições de intervenção no domínio econômico incidem sobre importações.
- c) Contribuições para custeio de regimes próprios de previdência podem ter alíquotas progressivas.
- d) Contribuições de intervenção no domínio econômico são de competência exclusiva da União.
- e) Municípios podem instituir contribuições sociais para financiar a seguridade social.

190. Sobre a interpretação da legislação tributária prevista no Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () A legislação tributária que define infrações deve ser interpretada de forma mais favorável ao contribuinte em caso de dúvida.
 - () A analogia pode ser utilizada para exigir tributo, na ausência de disposição expressa sobre o tema.
 - () A isenção tributária deve sempre ser interpretada literalmente.
- a) V, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, V, F
 - d) F, F, V
 - e) V, F, F

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

191. Em sistemas operacionais baseados em Linux, o comando: **chmod 755 arquivo.sh** tem como função:

- a) Conceder permissão total ao proprietário e leitura/executar para os demais usuários.
- b) Remover todas as permissões do proprietário e conceder acesso irrestrito aos demais.
- c) Conceder permissão somente de leitura a todos os usuários do sistema.
- d) Tornar o arquivo oculto e somente acessível por root.
- e) Garantir exclusividade de uso do arquivo para grupos administrativos.

192. No Microsoft Excel, qual das opções representa corretamente uma fórmula de soma condicional:

- a) =SOMA(A1:A10;B1:B10)
- b) =SOMASE(A1:A10;">10")
- c) =MÉDIASE(A1:A10;">10")
- d) =SOMA.SE(A1:A10;">10")
- e) =SOMA(A1:B10;"A")

193. Um banco de dados relacional está adequadamente na 2ª Forma Normal (2FN) quando:

- a) Todos os atributos não primos dependem parcialmente da chave primária.
- b) Não existem dependências funcionais transitivas entre atributos.
- c) Todos os atributos não primos dependem unicamente da chave primária completa.
- d) A tabela contém apenas atributos com domínio atômico.
- e) As dependências multivaloradas foram eliminadas por completo.

194. Em SQL, o tipo de junção que retorna todos os registros de ambas as tabelas, mesmo quando não há correspondência entre os dados relacionados, é denominado:

- a) INNER JOIN
- b) LEFT JOIN
- c) FULL OUTER JOIN
- d) CROSS JOIN
- e) NATURAL JOIN

195. Sobre conceitos de Data Warehouse, assinale a alternativa correta:

- a) Um Data Warehouse é projetado para processar transações em tempo real com alta frequência.
- b) A modelagem dimensional visa normalizar ao máximo os dados operacionais.
- c) Data Marts são repositórios voltados à mineração de dados não estruturados.
- d) O Data Warehouse é orientado por assunto, integrado, não volátil e com variação temporal.
- e) A arquitetura de um DW exclui o uso de ferramentas de ETL devido à complexidade.

196. No Microsoft Excel 2016, qual das funções abaixo é corretamente utilizada para remover espaços em branco excedentes no início ou no fim de um texto em uma célula:

- a) =ESPACOS()
- b) =ARRUMAR()
- c) =SUBSTITUIR()
- d) =CONCATENAR()
- e) =DIREITA()

197. No SQL, considere a necessidade de consultar nomes de clientes que NÃO possuem pedidos registrados. Qual das consultas abaixo realiza corretamente essa operação:

- a) SELECT nome FROM cliente INNER JOIN pedido ON cliente.id = pedido.cliente_id;

- b) SELECT nome FROM cliente CROSS JOIN pedido;
- c) SELECT nome FROM cliente LEFT JOIN pedido ON cliente.id = pedido.cliente_id WHERE pedido.id IS NULL;
- d) SELECT nome FROM cliente, pedido WHERE cliente.id = pedido.cliente_id;
- e) SELECT nome FROM cliente WHERE cliente.id IN (SELECT cliente_id FROM pedido);

198. Em SQL, qual das alternativas abaixo representa corretamente o uso de uma subconsulta no comando SELECT:

- a) SELECT nome FROM cliente WHERE id IN (SELECT cliente_id FROM pedido);
- b) SELECT nome FROM cliente JOIN pedido ON cliente.id = pedido.cliente_id;
- c) SELECT nome FROM cliente, pedido WHERE cliente.id = pedido.cliente_id;
- d) SELECT cliente.nome, pedido.data FROM cliente, pedido;
- e) SELECT * FROM cliente WHERE EXISTS pedido;

199. Em um processo típico de Data Mining, qual das alternativas abaixo representa corretamente uma tarefa de classificação:

- a) Identificar agrupamentos de consumidores com hábitos semelhantes de compra, sem rótulos definidos previamente.
- b) Detectar anomalias em dados financeiros utilizando regras de associação.
- c) Estimar o valor futuro de uma variável numérica com base em tendências passadas.
- d) Gerar regras de mercado do tipo “se... então”, a partir de grandes volumes de transações.
- e) Atribuir uma nova entrada a uma categoria predefinida com base em um modelo treinado com exemplos rotulados.

200. No gerenciamento de arquivos no Windows 10, qual das ações abaixo é considerada inválida ao se tentar nomear um arquivo:

- a) Utilizar espaços em branco entre palavras.
 - b) Incluir letras acentuadas como “ç” ou “á”.
 - c) Usar o caractere “*” no nome do arquivo.
 - d) Definir nomes com até 255 caracteres.
 - e) Usar números no início do nome.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>